



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 162

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 162

148ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Ofícios..... 03

Indicações 03

Requerimentos 04

Projetos de Lei 08

Pequeno Expediente:

Dep. Professor Luizão 10

Dep. Tadeu Veneri..... 13

Dep. Edson Strapasson 14

Grande Expediente:

Dep. Jocelito Canto..... 14

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Professor Luizão 12

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 17

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 19

Liderança do PMDB

Dep. Cleiton Kielse..... 20

Liderança da Oposição

Dep. Valdir Rossoni 21

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 22

Discussão/Votação

1ª Discussão (Comissão Geral).. 23

1ª Discussão 34

2ª Discussão 38

1ª Discussão 43

Requerimentos 46

Encerramento da Sessão 46

Transcrição 46

DIÁRIO Nº 162

148ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 148ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE DEZEMBRO DE 2007

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pela Sra. Deputada Rosane Ferreira e pelo Sr. Deputado Tadeu Veneri.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Wal-dyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Francisco Bühler, Geraldo Cartário, Luiz Fernandes Litro,

Luiz Nishimori e Ney Leprevost (06).

Ausentes com justificativas a Sra. Deputada Luciana Rafagnin e o Sr. Deputado Carlos Simões (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagem

MENSAGEM Nº 055/07

Curitiba, 10 de dezembro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso, ao município de Irati, do imóvel situado à R. Coronel Pires, nº 826, com área de 3.750 m2, contendo um prédio edificado em alvenaria de tijolos, com dois pavimentos, matriculado sob nº 7.816, no Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício de Irati.

O plano de lei em referência consulta aos elevados interesses públicos, eis que o mencionado imóvel será utilizado, exclusivamente, pelo município de Irati, para funcionamento de Secretarias e Órgãos Municipais, Telecentro Inclusão Digital, além de atividades sócio-educacionais destinadas à comunidade, condição resolutiva esta que consta no texto do anteprojeto de lei em causa. A cessão de uso ora proposta vigorará até 31 de dezembro de 2010, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao município de Irati, do imóvel situado

à R. Coronel Pires, nº 826, com área de 3.750 m2, contendo um prédio edificado em alvenaria de tijolos, com dois pavimentos, matrícula nº 7.816, do Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício de Irati.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º, desta lei, será utilizado, pelo município de Irati, exclusivamente para funcionamento de Secretarias e Órgãos Municipais, Telecentro Inclusão Digital, além de atividades sócio-educacionais destinadas à comunidade, sendo retomado, a qualquer tempo, caso seja comprovada destinação diversa da estabelecida.

Art. 3º A presente cessão de uso vigorará até 31 de dezembro de 2010, prorrogável mediante consenso entre as partes.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

Ofício

OFÍCIO S/N

Curitiba, 04 de dezembro de 2007.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que estarei ausente das Sessões Plenárias desta Casa de Leis no período de 04 de dezembro a 18 de dezembro, por estar em repouso conforme determinação médica.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço antecipadamente.

(a) CARLOS SIMÕES

Indicação

INDICAÇÃO Nº 387/07

SÚMULA:

Propõe ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, a criação de subdelegacia da Polícia Civil nos distritos de Londrina.

Art. 1º Propõe ao Poder Executivo a criação de subdelegacias nos distritos da Warta, São Luiz, Guara-vera, Lerroville, Espírito Santo, Irerê, Paiquerê e Maravilha todos pertencentes ao município de Londrina.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

JUSTIFICATIVA:

O território do município de Londrina, pela sua dimensão, dificulta o deslocamento de equipes policiais já que se aparato encontra-se na cidade sede. Distritos que distam até 50 quilômetros desse espaço, ficam em situação muito preocupante quanto ao atendimento da força policial.

O Governo Requião que tanto preza pela polícia cidadã, o entendimento de que a polícia deve estar próxima da população para melhor atendê-la, com certeza empreenderá os esforços necessários para a criação dessas subdelegacias, que irão melhorar em muito o atendimento dos cidadãos londrinenses.

A proximidade, a exemplo do que vem acontecendo com o projeto POVO da Polícia Militar, irá garantir segurança e dignidade aos moradores dos distritos de Londrina.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 3733

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a inversão total da pauta da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoiamento:

Antonio Anibelli.

REQUERIMENTO Nº 3736

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a prorrogação da presente Sessão Ordinária pelo período de 02 (duas) horas.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

REQUERIMENTO Nº 3728

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 394/07, por 01 Sessão, item 05.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 3737

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a transformação da Sessão Ordinária do dia 13 de dezembro de 2007 em Comissão Geral de Plenário, para discussão e votação do Projeto de Lei nº 681/07, que isenta os veículos emplacados no município de Guaratuba, da taxa para passagem do Ferry-Boat de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoiamento:

Alexandre Curi, Luiz Carlos Martins, Beti Pavin, Mauro Moraes, Pedro Ivo, Caíto Quintana, Luiz Eduardo Cheida, Teruo Kato, Felipe Lucas, Edson

Strapasson, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Dobrandino da Silva, Waldyr Pugliesi, Chico Noroeste, Nereu Moura, Cleiton Kielse, Miltinho Pupio, Stephanes Júnior, Dr. Batista e Jocelito Canto.

REQUERIMENTO Nº 3727

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 3722

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 731/07 de minha autoria.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 3729

Senhor Presidente:

O Deputado Professor Luizão no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia da próxima Sessão Legislativa, dos Projetos nºs 328/07 e 735/07.

Os referidos projetos, de minha autoria, já contam com pareceres favoráveis das comissões competentes.

Projeto nº 328/07: dispõe sobre consulta ao Conselho da Criança e do Adolescente e Conselho Tutelar, no processo de elaboração de propostas orçamentárias para a área da criança e da juventude.

Projeto nº 735/07: dispõe sobre porte de arma de fogo aos agentes penitenciários estaduais na forma que especifica.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) PROFESSOR LUIZÃO

REQUERIMENTO Nº 3735

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, a votação nominal para o Projeto de Lei nº 811/07, oriundo da Mensagem Governamental nº 054/07, item 17 da Ordem do Dia da presente Sessão Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(aa) DOUGLAS FABRÍCIO, LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, MARCELO RANGEL, PLAUTO MIRÓ e ELIO RUSCH.

REQUERIMENTO Nº 3725

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 11 de dezembro, do Sr. Sergio Marcos Catrochio, aos 38 anos.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Endereço: R. José Barbosa Silva nº 59 - Bairro Copacabana 2 - município de Maringá.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 3714

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de voto de congratulações e aplausos ao Prefeito de Tamarana, Roberto Dias Siena, pelo 12º aniversário do município.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente, ao Prefeito Dr. Roberto Dias Siena, no endereço: R. Isaltino José Silvestre, 643, CEP 86125-000 - Tamarana/PR.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O município de Tamarana é resultado de um desmembramento de Londrina e foi criado pela Lei Estadual nº 11224 de 13 de dezembro de 1995. Situa-se na região norte do Paraná, possui um área de 472,153 km² e sua economia é basicamente fundamentada na pecuária e na agricultura.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar toda à população de Tamarana pela comemoração dos 12 anos do município.

REQUERIMENTO Nº 3715

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de voto de congratulações e aplausos ao Prefeito de São João do Ivaí, Clóvis Bernini Júnior, pelo 43º aniversário do município.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente, ao Prefeito Clóvis Bernini Júnior, no endereço: Av. Curitiba, 563, CEP 86-930-000 - São João do Ivaí/PR.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O município de São João do Ivaí é resultado de um desmembramento de Ivaiporã e foi criado pela Lei Estadual nº 4859, de 20 de dezembro de 1964. Situa-se no vale do Paranapanema, região norte do Paraná, possui um

área de 353,331 km² e sua economia é basicamente fundamentada na pecuária e na agricultura.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar toda à população de São João do Ivaí pela comemoração dos 43 anos do município.

REQUERIMENTO Nº 3716

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de voto de congratulações e aplausos ao Prefeito de Pitangueiras, Arquimedes Zirolto, pelo 14º aniversário do município.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente, ao Prefeito Arquimedes Zirolto, no endereço: Av. Central, 408 CEP 86613-000 - Pitangueiras/PR.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O município de Pitangueiras, situado no Vale do Paranapanema, região norte do Paraná, foi emancipado pela Lei Estadual nº 9389, de 28 de setembro de 1990, cuja instalação deu-se em 01 de janeiro de 1993.

Pitangueiras comemora seu aniversário no dia 15 de dezembro, data em que foi decidido por um referendo popular seu desmembramento de Rolândia.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar toda à população de Pitangueiras pela comemoração dos 14 anos do município.

REQUERIMENTO Nº 3717

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de voto de congratulações e aplausos à Prefeita de Centenário do Sul, Veralice Pazzotti, pelo 64º aniversário do município.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente, à Prefeita Veralice Pazzotti, no endereço: Praça Padre Aurélio Basso, 378, CEP 86630-970 - Centenário do Sul/PR.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O município de Centenário do Sul situa-se no Vale do Paranapanema, região norte do Paraná e foi criado pela Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951, com território desmembrado do município de Jaguapitã. Com área de 393 km², divide sua economia entre a agricultura, com predomínio da cultura canaveira e a pecuária de corte, com extensas pastagens.

As características cafezeiras que teve o auge na colonização ficaram quase extintas, provocadas pelas geadas registradas no Paraná, principalmente a de 1975, que erradicou o café na região.

Como alternativa, nesta época, a cotonicultura ganhou destaque. Mas a falta de incentivo de preços pelo Governo do Estado fez diminuir consideravelmente as áreas plantadas com algodão, cedendo espaço para a cana-de-açúcar. Toda a produção é transformada em açúcar e álcool na Usina Central do Paraná, em Porecatu. Parte da produção agroindustrial do município é comercializada principalmente pelo entreposto da Cooperativa dos Cafeicultores de Porecatu (COFERCATU).

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar toda a população de Centenário do Sul pela comemoração dos 64 anos do município.

REQUERIMENTO Nº 3718

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de voto de congratulações e aplausos ao Prefeito de Cruzeiro do Sul, Waldemir Natal Marion, pelo 52º aniversário do município.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente, ao Prefeito Waldemir Natal Marion, no endereço: Av. Gastão Vidigal, 600, CEP 87650-000 - Cruzeiro do Sul/PR.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O município de Cruzeiro do Sul é resultado de um desmembramento de Nova Esperança e foi criado pela Lei Estadual nº 2548, de 26 de dezembro de 1955. Situa-se no Vale do Paranapanema, região norte do Paraná, possui uma área de 259,13km² e sua economia é basicamente fundamentada na pecuária e na agricultura.

Em junho de 1952, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, antiga Companhia de Terras Norte do Paraná, iniciou a divisão em datas de uma grande área de terras de sua propriedade, com fim de formar um patrimônio, no local onde hoje se encontra a sede municipal de Cruzeiro do Sul.

A denominação Cruzeiro do Sul foi dada pela Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, para diferenciar do Cruzeiro do Oeste de outro município do estado.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar toda a população de Cruzeiro do Sul pela comemoração dos 52 anos do município.

REQUERIMENTO Nº 3719

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de voto de congratulações e aplausos ao Prefeito de Astorga, Carlos Abraão Keide, pelo 56º aniversário do município.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente, ao Prefeito Carlos Abraão

Keide, no endereço: Av. Drua José Soares de Azevedo, 48 CEP 86730-970 - Astorga/PR.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O município de Astorga foi criado pela Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951, com território desmembrado de Arapongas, incluindo os distritos de Santa Zélia, Içara e Tupinambá. A concentração urbana é resultado de uma ação da Companhia de Terras Norte do Paraná, pioneira do progresso e desbravamento de toda a região.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar toda a população de Astorga pela comemoração dos 56 anos do município.

REQUERIMENTO Nº 3720

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de voto de congratulações e aplausos ao Prefeito de Arapuã, Deodato Matias, pelo 12º aniversário do município.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia do presente, ao Prefeito Deodato Matias, no endereço: R. Presidente Café Filho, 168 CEP 86884-970 - Arapuã/PR.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) WALDYR PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

O município de Arapuã é resultado de um desmembramento de Ivaiporã e foi fundado em 08 de dezembro de 1995, através da Lei Estadual nº 11219. A comunidade é formada por cerca de 4 mil 521 habitantes, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) tem 224 km² de área.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná por intermédio deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar toda a população de Arapuã pela comemoração dos 12 anos do município.

REQUERIMENTO Nº 3730

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente de voto de congratulação e louvor à Sra. Suzana Slaviero, por assumir a presidência do Movimento Pró-Balneário Caiobá.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Quero cumprimentar a Sra. Suzana Slaviero por assumir a frente da presidência do Movimento Pró Balneário Caiobá que pretende reivindicar melhorias de infraestrutura para a região litorânea paranaense.

A iniciativa é de extrema importância, visto que, Caiobá encontra-se abandonada pela administração pública, apresentando deficiência nos seus serviços básicos como segurança e saneamento. Os moradores e os veranistas vêm, a cada dia, seus imóveis desvalorizarem-se e o comércio ser sensivelmente prejudicado com a fuga de turistas para o litoral catarinense.

É preciso valorizar o nosso estado, o nosso litoral a fim de que Caiobá torne-se novamente “A Divina”, expressão que ficou conhecida e eternizada pelo Colunista Dino Almeida.

É louvável iniciativas como “Movimento Pró-Balneário Caiobá” que reconhece o potencial turístico das nossas riquezas naturais. Quero colocar-me a disposição da Sra. Suzana Slaviero para lutar junto à nobre causa que revitalizará Caiobá a tornar-se uma das mais belas praias do Brasil.

REQUERIMENTO Nº 3731

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações à Igreja Metodista Central de Londrina, que comemora 74 anos de sua instalação.

O Pastor João Victor Custódio Nery é o Pastor-Chefe desse templo, cujos cultos têm sido freqüentados por centenas de famílias. A Igreja Metodista chegou 01 ano antes da fundação de Londrina e tem tido destacada atuação em obras religiosas e sociais, sempre ativa e solidária nas grandes campanhas de interesse dos londrinenses.

Registre-se a homenagem ao Bispo João Carlos, Pastor João Victor, demais Pastores e todos os fiéis que, unidos, na fé inabalável em Jesus Cristo, fazem da Igreja Metodista de Londrina, templo central, uma das mais respeitadas pela sociedade londrinense.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO Nº 3734

Senhor Presidente:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, REQUER, por meio desta e após a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, que seja enviado um voto de congratulação à professora Luzineide Rodrigues de Lima, da Escola de Educação Especial Padre Anchieta - APAE de Goioerê pela conquista do primeiro lugar geral do concurso Agrinho como a melhor experiência pedagógica de todo o estado.

Realizado pelo Sistema FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná), em parceria com Governo Estadual, por meio das Secretarias de Agricultura e Abastecimento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Justiça e Cidadania, Prefeituras Municipais, Ministério do Traba-

lho e Emprego, Receita Federal, Ministério Público do Trabalho, Ministério Público do Paraná, Previdência Social, Banco do Brasil, Itaipu Binacional e Dow Agrocienceis.

Da decisão desta Casa. dê-se conhecimento à Professora Luzineide Rodrigues de Lima, no endereço da Escola de Educação Especial Padre Anchieta - APAE, na R. Maria Ribeiro, 77 - Jardim Lindóia - CEP 87360-000, em Goioerê e, também à Escola de Educação Especial Padre Anchieta - APAE de Goioerê, no mesmo endereço.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

O requerimento que ora apresento a esta Casa Legislativa tem por objetivo o reconhecimento do trabalho realizado pela professora Luzineide Rodrigues de Lima que tem de forma brilhante dividido o seu conhecimento com a comunidade goioerense e região.

O prêmio máximo do programa Agrinho foi conquistado pela professora Luzineide Rodrigues de Lima, da APAE de Goioerê, que apresentou a melhor experiência pedagógica de todo o estado e recebeu como prêmio um veículo Volkswagen, modelo Gol, zero quilômetro.

Motivo de orgulho e de excelência em pedagogia e educação, a equipe do Núcleo Regional da Educação de Goioerê organizou uma carreata pela cidade para comemorar a conquista, não só da professora Luzineide, como também os outros prêmios conquistados por escolas da região.

A experiência pedagógica da professora Luzineide Lima versa sobre alimentação orgânica, e na parte prática montou uma horta orgânica na APAE de Goioerê.

O objetivo do Programa Agrinho é exatamente proporcionar mudanças de hábitos quanto à preservação ambiental, à saúde, educação e cidadania, por intermédio de uma ação conjunta da escola, dos pais, alunos e da comunidade, visando formar cidadãos empenhados na defesa da sociedade e do meio ambiente.

O reconhecimento do bom trabalho e da boa prática profissional da professora Luzineide sempre representará um orgulho para o município de Goioerê e para toda a região e, sem dúvida alguma, a sua regularidade e constância representa com toda a sua excelência e qualidade profissional e exaltação de nossa gente.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares a aprovação deste requerimento.

REQUERIMENTO Nº 3713

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para que fique registrado para posteridade, o artigo “Agonia Empreendedora”, publicado na Gazeta do Povo do dia 10 do corrente, na coluna Opinião, página 10.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor-Presidente da Gazeta do Povo, ao Sr. Francisco Simeão, Presidente da firma BS Colway, bem como à todos os Srs. Senadores e Deputados Federais do Estado do Paraná em Brasília.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Caso o Governo Federal não decida que a firma BS Colway, continue importando pneus usados europeus que utiliza como base para sua produção, resultará que a mencionada firma terá que fechar suas portas, e, talvez transfira para o Paraguai. Em consequência, o município de Piraquara, o estado do Paraná e o Brasil, perderão, além de uma importante indústria, 1.200 empregados diretos e mais de 5 mil funcionários indiretos, além de não manter os compromissos sociais e ambientais que são sua marca registrada, inclusive as bolsas de estudos do programa Bom Aluno, a Vila da Cidadania, o Grupo Escoteiro mantido pela empresa.

A indústria BS Colway, está instalada no município de Piraquara, região metropolitana de Curitiba e interessa a toda a sociedade. O Paraná perde empregos, os consumidores perdem o direito de escolha e o Brasil perderá um importante parceiro sócio ambiental. Quem ganhará com isso será o Paraguai que receberá uma empresa importante e dará emprego direto para 1.200 e indireto para 5.000 funcionários, além da possibilidade de aumento na produção, conseqüentemente mais empregados.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 858/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos, inativos e dos proventos de aposenta-

doria dos quadros efetivos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam reajustados no percentual de 3,14 (três vírgula quatorze por cento), a partir de setembro de 2007, conforme tabelas constantes nos Anexos I e II desta lei.

Parágrafo Único. O percentual de reajuste, estabelecido neste artigo, também se aplica às aposentadorias concedidas com base no artigo 2° da Emenda Constitucional n° 041/03 e no artigo 40 da Constituição Federal, com redação dada pela mesma emenda.

Art. 2° As despesas decorrentes da execução desta lei correção por conta de dotação orçamentária própria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 3° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1° de setembro de 2007.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, com o objetivo de reajustar os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos e dos proventos de aposentadoria dos quadros efetivos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, no percentual de 3,14 (três vírgula quatorze por cento), a partir de setembro de 2007.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição que objetiva a manutenção do poder aquisitivo do vencimento básico dos quadros efetivos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, mediante a reposição das perdas inflacionárias ocorridas durante o ano de 2006.

ANEXO I

NA - ASSIST. ADMINISTRAT.	NB - NÍVEL BÁSICO		NT - NÍVEL TÉCNICO		NU - NÍVEL UNIVERSITÁRIO			
AA	A	B	C	D	D	E	F	G
831,57	1.552,27	1.820,05	2.134,03	2.502,17	2.502,17	2.933,77	3.439,73	4.032,98
855,82	1.574,88	1.846,55	2.165,13	2.538,62	2.538,62	2.976,52	3.489,86	4.083,10
881,23	1.597,82	1.873,45	2.196,67	2.575,61	2.575,61	3.019,89	3.540,71	4.133,93
907,80	1.621,11	1.900,75	2.228,67	2.613,14	2.613,14	3.063,89	3.592,29	4.185,51
935,51	1.644,73	1.928,45	2.261,15	2.651,23	2.651,23	3.108,51	3.644,62	4.237,86
964,39	1.668,69	1.956,56	2.294,08	2.689,87	2.689,87	3.153,80	3.697,72	4.290,96

994,41	1.693,01	1.985,07	2.327,51	2.729,05	2.729,05	3.199,74	3.751,57	4.344,87
1.025,60	1.717,67	2.014,01	2.361,45	2.768,84	2.768,84	3.246,37	3.806,24	4.399,52
1.057,94	1.742,74	2.043,39	2.395,88	2.809,18	2.809,18	3.293,67	3.861,71	4.454,96
1.091,44	1.768,13	2.073,16	2.430,78	2.850,12	2.850,12	3.341,65	3.917,96	4.511,22
1.126,08	1.793,89	2.103,36	2.466,21	2.891,67	2.891,67	3.390,33	3.975,05	4.568,31

PR - PROCURADORES						BÁSICO		
PR1ª - CLASSE						6.251,03		
PR2ª - CLASSE						5.938,48		
PR3ª - CLASSE						5.627,02		

CT - CONSULTOR TÉCNICO LEGISLATIVO						NÍVEL		
CT						6.063,49		

ANEXO II

REFER/ NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G
01	1.552,27	1.820,06	2.134,04	2.502,17	2.933,78	3.439,73	4.032,99
02	1.574,89	1.846,56	2.165,13	2.538,62	2.976,52	3.489,86	4.083,11
03	1.597,83	1.873,46	2.196,67	2.575,62	3.019,89	3.540,72	4.133,94
04	1.621,11	1.900,76	2.228,67	2.613,14	3.063,90	3.592,30	4.185,52
05	1.644,73	1.928,45	2.261,15	2.651,23	3.108,51	3.644,62	4.237,87
06	1.668,70	1.956,57	2.294,09	2.689,87	3.153,80	3.697,72	4.290,97
07	1.693,01	1.985,08	2.327,51	2.729,06	3.199,75	3.751,58	4.344,88
08	1.717,68	2.014,03	2.361,46	2.768,84	3.246,38	3.806,25	4.399,53
09	1.742,75	2.043,39	2.395,89	2.809,19	3.293,67	3.861,71	4.454,97
10	1.768,13	2.073,16	2.430,79	2.850,12	3.341,66	3.917,97	4.511,22
11	1.793,89	2.103,36	2.466,21	2.891,67	3.390,34	3.975,06	4.568,31

CONSULTOR TÉCNICO	7.178,09
CONSULTOR JURÍDICO	7.178,09

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento às disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (artigo 17, parágrafo 1º e 2º), que a despesa resultante do presente projeto de lei está contemplada pela Lei Orçamentária do exercício

financeiro de 2007 e no Plano Plurianual, bem como na proposta encaminhada para o Plano Plurianual 2008/2011, não sendo necessária, portanto a adoção de medidas compensatórias.

Palácio "XIX de DEZEMBRO", em 12.12.07.
(a) NELSON JUSTUS

OFÍCIO N° 624/07 - GP

Curitiba, 22 de novembro de 2007.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para a superior deliberação dessa Casa de Leis, o anexo anteprojeto de lei, que trata de matéria atinente ao Corpo de Servidores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Certo do acolhimento da proposição, que se reveste de transcendental importância para esta Corte, aproveito a oportunidade para reiterar a V. Exa. a segurança do meu profundo respeito.

Cordialmente,

(a) NESTOR BAPTISTA

Exmo. Senhor

NELSON JUSTUS

Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná

Palácio 19 de Dezembro - Centro Cívico

CURITIBA - PR

80530-911

DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento às disposições da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF (artigo 17, parágrafo 1° e 2°), que a despesa resultante do presente projeto de lei está contemplada na Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2007 e no Plano Plurianual 2004/2007, bem como na proposta encaminhada para o Plano Plurianual 2008/2011, não sendo necessária, portanto, a adoção de medidas compensatórias.

Curitiba, 19 de novembro de 2007.

(a) PRESIDENTE

PROJETO DE LEI N° 859/07

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica declarado de utilidade pública estadual, a Associação Casa Lar de Colorado, com sede e foro na comarca de Colorado, estado do Paraná.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Casa Lar de Colorado, entidade civil sem fins lucrativos, tem por finalidade precípua promover ações que resultem na inclusão social de crianças e adolescentes do município de Colorado e outros municípios associados, mediante encaminhamento do Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Tutelar, dando-lhes abrigo e educação.

Como se comprova pela documentação inclusa, a entidade obedece a todos os requisitos legalmente previs-

tos para ser declarada de utilidade pública, o que permitirá à mesma requerer recursos do Poder Público, facilitando a execução de seus objetivos.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres parlamentares desta Casa, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 860/07

A Assembleia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a estadualizar o trecho de estrada que liga a PR-090 à PR-218 no município de São Sebastião da Amoreira.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.12.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Sras. e Srs. Deputados, a estadualização ora proposta se faz necessária, tendo em vista que as PRs 090 e 218 na altura da sede do município de São Sebastião da Amoreira desenvolvem-se paralelas, e os residentes deste município e de Santo Antonio do Paraíso, Congoninhas, Nova Fátima e Ribeirão do Pinhal, quando em trânsito para acessar a PR-090 com destino ao sul do estado utilizam-se do trecho que ora se propõe estadualizar.

A extensão a ser estadualizada compreende 3000 (três mil) metros que invariavelmente estão em péssimo estado de conservação e sem nenhuma sinalização, e as facilidades que oferecerá aos moradores dos municípios já mencionados em relação ao custo para o estado é bastante reduzido, além de se constituir em alternativa para quem vem do Posto Melo Peixoto, passando por Jacarezinho/Santo Antonio da Platina com destino à Pira do Sul, em caso de problemas na BR-153.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Professor Luizão.

Deputado Professor Luizão (PT)

O SR. PROFESSOR LUIZÃO

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Inscrevi-me para falar sobre um projeto que está sendo discutido na Câmara Municipal de Curitiba, que reestrutura o transporte coletivo e região metropolitana a regulamentar a forma com que foi conduzido esse processo. A região metropolitana, as pessoas da região metropolitana, grande interessada na discussão desse processo, no aperfeiçoamento do transporte coletivo integrado de Curitiba e região metropolitana, praticamente

não participaram das discussões. Não foram convidados. Os Prefeitos, os Vereadores, usuários não foram chamados para discutir um projeto que envolve muitos municípios, aliás, todos os municípios integrados pelo sistema de transporte coletivo e que na realidade o projeto está sendo discutido na Câmara Municipal de Curitiba.

Tive a oportunidade de estudar o projeto, ele simplesmente não inova em nada o que já está sendo feito, a forma com que vem sendo administrado, gerenciado o transporte coletivo em Curitiba e região metropolitana.

Devo salientar que fiz um comunicado ao Presidente da Câmara Municipal lamentando a não convocação, por exemplo, dos Deputados da Assembléia Legislativa para participar da discussão, visto que tenho conversado com Deputados e Deputadas daqui e muitos demonstraram interesse em discutir o tema e na verdade não fomos convidados, comunicados para participar em nenhum momento dessa discussão.

O projeto deve ser aprovado hoje já em 1ª discussão e pouca alteração acredito que haverá neste sistema de gerenciamento.

Outra coisa também que duvido e não sei se alguém aqui acredita, que haverá licitação para as linhas de transporte coletivo da capital e nos municípios da região metropolitana.

Duvido que isso vá acontecer, até porque o projeto e o substitutivo geral apresentado pelo Líder do Prefeito, em nenhum momento menciona prazos e de que forma vão acontecer as licitações das linhas.

É apenas uma discussão, é apenas uma emgambelação da população, porque não vai mudar nada. Se fosse mesmo disposição da Prefeitura, enfim, de fazer a licitação das linhas, o projeto estaria deixando bastante claro isso. Não é o que está acontecendo.

Acredito que a única linha que talvez tenha licitação é a famosa Linha Verde, que está sendo construída, porque, de fato, será uma linha nova, mas das linhas antigas, a não ser que a lei federal exija realmente o cumprimento e que seja feita licitação.

Sabemos que durante muitos e muitos anos o transporte coletivo em Curitiba e região metropolitana é gerenciado em forma de concessão quase como um grupo de amigos que gerencia esse sistema de transporte e a URBS administra, até com competência. Mas não temos a transparência como acontece, a forma com que é feita a composição da planilha, as linhas, os itinerários, enfim, como é feita a fiscalização também do transporte coletivo de Curitiba e região metropolitana.

Tivemos oportunidade, a Frente Parlamentar composta pelos Deputados da região metropolitana, fizemos um fórum no município de Pinhais para discutir o transporte coletivo de Curitiba e região metropolitana. Tivemos a participação do Ministério das Cidades, da COMEC, da URBS, enfim, da Universidade Federal do Paraná. Muitos pontos foram levantados naquela oportunidade. Convidamos, inclusive, a Prefeitura de Curitiba, Vereadores. Foi um fórum bastante amplo. O objetivo era

levantar a problemática do transporte coletivo e sugerir alterações para aperfeiçoar o sistema. Faço uso do horário da Liderança do PT.

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Inclusive muitos problemas foram levantados naquela oportunidade e algumas sugestões. Uma delas foi a modificação no sistema de gerenciamento, que hoje é feito pela URBS e passaria a ser por um consórcio metropolitano, a exemplo do que acontece com o lixo, tendo a participação dos municípios, dos Prefeitos para que possam opinar sobre o transporte que é feito no seu município.

O município de Colombo, por exemplo, que a Prefeitura tenha condições de opinar, de dizer como quer que seja feito o transporte dentro da sua cidade. Em Pinhais, em Piraquara, que os Prefeitos tenham condições de participar, de fiscalizar, de sugerir. Hoje isso é praticamente impossível, porque toda competência foi passada para a URBS e passa ano, vai ano, é renovado o convênio e a URBS é que administra o transporte coletivo.

Temos um aditivo que foi assinado recentemente que prevê, mais uma vez, que a COMEC transfira à URBS a competência para gerenciar o sistema na região metropolitana. Esse convênio se encerra no final de 2008, justamente após as eleições. Espero que durante este período tenhamos condições de discutir uma nova forma de gerenciamento onde haja uma participação maior dos municípios interessados da região metropolitana.

Lamentavelmente, a forma como está sendo conduzido o processo, discutido apenas em um dos municípios, que é Curitiba, na Câmara Municipal e sem a participação dos demais municípios, lamentavelmente, sem a participação dos Deputados Estaduais, legítimos representantes da população que poderiam estar sugerindo, contribuindo para aperfeiçoar o transporte coletivo de Curitiba e região metropolitana.

Quero aproveitar a oportunidade para destacar uma importante conquista no Paraná, que é a distribuição gratuita de livros didáticos para os alunos do ensino médio. Eles vão receber no próximo ano todos os livros das disciplinas regulares. O valor do investimento é de, aproximadamente, R\$ 9 milhões, previsão de Secretaria da Educação. A previsão também é de que cada livro custe R\$ 3,40. Mais ou menos 1/10 do valor de mercado de um livro equivalente. A licitação vai ser feita através de pregão eletrônico para compra de mais de 2 milhões e 500 mil livros. As disciplinas que receberão os livros, já receberam em 2007 uma quantidade de livros, mas, em 2008 vão receber livros de todas as disciplinas do ensino médio. Isso é pioneirismo no Brasil. É o único estado que vai distribuir todos os livros de todas as disciplinas para os alunos do ensino médio. Os alunos do ensino fundamental já recebem livro didático na maioria dos estados, mas livros do ensino médio das disciplinas de: língua

portuguesa, literatura, matemática, história, filosofia, química, biologia, sociologia, física, geografia, artes, língua estrangeira moderna, inglês e português, educação física, os livros vão servir para os 3 anos. E o conteúdo dos livros foram selecionados e elaborados pelos próprios professores da rede pública estadual. Então não é um livro elaborado por uma editora, que os professores vão acatar os conteúdos, enfim, mas os próprios professores sugeriram, num processo lento, bastante democrático, sugeriram os conteúdos dos livros. Os professores, reunidos por disciplinas, sugeriram o que eles gostariam de trabalhar, de acordo com sua experiência de sala de aula, de acordo com sua necessidade regional, do estado do Paraná.

Então, não se vai correr o risco de o Paraná adotar um livro produzido, por exemplo, em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, que trazem conteúdos diferentes da realidade aqui do Paraná. Os livros produzidos e os conteúdos selecionados, vão tratar justamente da especificidade que tem o nosso estado.

Então, esta é uma inovação, um privilégio dos alunos do estado do Paraná, que vão receber gratuitamente os livros do ensino médio, de todas as disciplinas, com conteúdos apropriados para o nosso estado.

O Sr. Elton Welter (PT) (Aparte)

Quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento e ressaltar a importância do livro, que chegará a todos os alunos da rede pública. Já está chegando.

Mas, queria ressaltar, V. Exa. como Vice-Líder está usando do Horário da Liderança e hoje é um dia especial para nós, do PT, haja vista que as pesquisas apontam a melhor aprovação, novamente, para o Presidente Lula. Aprovação extraordinária, onde 50% dos entrevistados afirmam que a vida melhorou, onde setores que estavam fora do poder de consumo estão consumindo. Existe uma euforia do setor de eletrodomésticos, as pessoas estão consumindo mais. Os indicadores econômicos também mostram que o PIB do último trimestre está acima de 5 pontos, o crescimento da economia do país. E é uma forma de demonstrar satisfação, na medida em que com o controle da inflação, havendo a distribuição de renda, aumentando o poder de consumo e a melhoria da aprovação do próprio Governo, dá muita satisfação para nós, que somos do partido do Presidente.

Aliás, o mérito também é da base aliada, que tem dado sustentação ao Governo Lula. E certamente no dia de hoje, a base de sustentação e os partidos que vão votar com muita responsabilidade vão prorrogar a CPMF, até porque é um imposto que está sendo definido hoje, com mais de 50% dos recursos arrecadados, já vai para a saúde. Os outros 50%, uma parte vai para a previdência social e a outra metade vai para o combate à fome.

Então, é um dia muito positivo para nós, e aqui no Paraná, especificamente, no dia de hoje, o Presidente Lula está assinando mais uma universidade para o nosso

Paraná, Sr. Presidente. A UNILA - Universidade Latino-Americana, que será na cidade de Foz do Iguaçu.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT)

Muito obrigado, Deputado, pela sua intervenção. Acredito que esta aprovação do Presidente não é à toa. É justamente devido ao processo de crescimento sustentável que o Brasil vem desenvolvendo nos últimos anos, porque a população avalia um Governo de acordo com o que está sendo bom para ela. Então, se ela está avaliando favoravelmente o Governo, acredito que é porque está sendo bom.

Tenho um dado, inclusive, do crescimento da indústria, da produção industrial, um crescimento de mais de 10% em outubro deste ano, em comparação a outubro de 2006. Inclusive uma opinião do Coordenador da Indústria do IBGE, Sílvio Salles, esse é o melhor resultado da indústria brasileira desde 2004, Governo de Itamar Franco.

Então, devemos louvar o crescimento do Brasil, um crescimento sustentável e que não é uma bolha, como aconteceu em muitos momentos no Brasil, uma bolha de um plano econômico que de repente saía da cabeça de algum economista, que durava um certo período e depois, para frustração da população, vinha o prejuízo em seguida. E agora, não, pois estamos vendo um crescimento lento, gradual e sustentável e isso é que dá a credibilidade ao nosso Governo.

Era isso, Sr. Presidente, e muito obrigado!

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Pela ordem, ilustre Presidente!

(Assentimento)

Em nome da Bancada do PP vou desejar um bom retorno a V. Exa. Creio que retornou com o astral bem elevado.

Dizer, Sr. Presidente, que há pouco estava conversando com a jornalista Catarina, da Folha de Londrina, do apelo que iria fazer aqui ao IAP - Instituto Ambiental do Paraná, porque estão pretendendo implantar a fábrica da morte na zona rural de Londrina. O que é essa fábrica da morte?

É uma fábrica de baterias. Foi feita a doação de um terreno do distrito de São Luiz, que pertence a Londrina, e ontem a população estava revoltada e indignada porque essa fábrica de bateria vai contaminar a água, o chumbo pode contaminar a população, já tivemos casos aqui no Paraná de gente que morreu dizendo que está com o corpo todo queimado, todo deformado e contaminado pelo chumbo. Lembrando também que há pouco tempo o Governo da China mandou retirar do mercado mundial brinquedos que eram fabricados contendo chumbo também, porque o chumbo é a maior desgraça para a saúde da população, é um perigo terrível.

Então, Sr. Presidente, o nosso apelo ao Sr. Governador Roberto Requião e também ao Instituto Ambiental

do Paraná, nobre Deputado Romanelli, V. Exa. que é o homem forte do Governo, nós que somos apenas uma gota d'água, a Oposição pequena, mas a nossa crença que o Governo Requião, o Secretário do Meio Ambiente e o Presidente do IAP suspendam a implantação da fábrica da morte. Pretender montar uma fábrica de baterias bem perto de uma grande população, como é o distrito de São Luiz, é um atentado, é uma afronta, é colocar em risco a saúde e a vida da população do distrito de São Luiz. Não venha essa fábrica da morte, porque o povo de São Luiz, no município de Londrina, não deseja conviver, bem perto de sua casa, com um perigo tão grande para sua saúde e para sua vida.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Deputado Luizão, o senhor comentou e eu também gostaria de entrar na mesma discussão a respeito do que foi aprovado ou está sendo aprovado na tarde de hoje com relação à nova modalidade de transporte coletivo em Curitiba. Mas, por que isso?

O Deputado Bertoldi, que também foi Vereador na mesma época em que fui, sabemos que há muitos anos Curitiba vinha discutindo esse processo de uma nova lei para o transporte coletivo, até porque Curitiba englobou nos últimos anos diversas linhas, fez diversos novos percursos e temos percursos muito longos, como por exemplo aquele que sai de Rio Branco do Sul para a Lapa, que são setenta e tantos quilômetros.

Mas o que me chamou a atenção hoje é que tivemos uma situação atípica, pois embora durante 8 anos na Câmara de Vereadores tenha visto muitas vezes algumas situações, mas a Câmara de Vereadores ficou quase 1 ano, o Vereador Jair César, fazendo um debate a respeito da nova lei do transporte coletivo. Há 15 ou 20 dias, como Presidente e como Relator dessa lei, apresentou um substitutivo geral e esse substitutivo geral, coincidentemente, não foi discutido com absolutamente ninguém e para surpresa, ontem, por volta de 11h45, ou 23h45, foram apresentadas mais de 15 emendas ao mesmo projeto de lei, que foram homologadas na parte da manhã de hoje, Deputado Luizão.

Estamos agora, nós, enquanto população de Curitiba e região metropolitana, provavelmente à espera de uma lei que ninguém discutiu. Acho que isso é muito complicado, porque primeiro: reativa o Conselho Municipal de Transporte, mas reativa não da forma, Deputado Romanelli, o senhor que ontem lançou o seu livro a respeito de habitação, sabe que o transporte e a habitação caminham juntos, é impossível podermos dissociá-los. Veja o senhor a situação. O Conselho Municipal de

Transporte, que foi criado na década de 80, inclusive depois foi reativado pelo Governador Roberto Requião, então Prefeito, foi ampliado, está hoje sendo reativado, mas de forma não a vir a ser um aparato a mais para que a população possa discutir, ele é apenas consultivo, não é deliberativo. Na minha opinião isso é complicado, porque ter um conselho apenas consultivo, de pouco ou quase nada vale. Mais ainda, a Prefeitura tem naturalmente a maioria nesse conselho, portanto, já teremos também de início uma situação definida.

O conselho nós tentamos, durante 11 anos, fazer com que fosse reativado, tivesse via própria; não foi possível. Então, o que estou vendo hoje? Temos uma cidade que num transporte coletivo tem cerca de 1 milhão e 100 mil usuários/dia, uma cidade que está obviamente tendo necessidade de fazer um debate do porquê de termos tantos carros nas ruas de Curitiba, no momento em que temos inclusive a possibilidade de vir a debater um novo modelo que seria a forma de transporte via metrô, ou ônibus elétrico, ou outro que fosse. E nada disso foi feito do ponto de vista de debates com a população de Curitiba, e como o Professor Luizão citou aqui também, com a população da região metropolitana.

Então, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não costumo falar de Curitiba, aqui, porque acho que essa não é Casa para que façamos esse debate, até porque os Srs. Vereadores têm a legitimidade e a legalidade para fazê-lo. Mas no momento me preocupa muito que estejamos agora, hoje a tarde, tendo uma nova lei que a maioria absoluta da população sequer sabe que está sendo discutida. Mais ainda, da forma como foi discutida, quando, repito aqui, o Presidente da Comissão, que ao mesmo tempo que é Presidente é Relator, Vereador Jair César, faz um substitutivo 15 dias antes, depois de um ano, 15 dias antes, leva para o Prefeito Beto Richa, e com a equipe do Prefeito, e apenas o Prefeito Beto Richa, a sua equipe e o Vereador Jair César, fazem o entendimento de como deve ser votada aquela lei. Apresentam o substitutivo e 24 horas antes, apresentam mais de 15 emendas que mudam completamente o projeto. É hoje de manhã acompanhei a votação do projeto e ninguém, absolutamente, tem condições de dizer o que está sendo votado na sua plenitude.

Então, acho que talvez, num determinado momento, tenhamos obviamente que aqui, na Assembléia - volto a repetir, não por querer criar nenhum tipo de constrangimento, até porque não é esse o nosso papel, tenho o maior respeito pelos nossos Vereadores, acho que são os nossos legítimos representantes - mas acho que a Assembléia, em determinado momento também possa ser ouvida, não apenas por terem os Deputados Estaduais também alguma relação ou base na região metropolitana, ou em Curitiba, mas por serem cidadãos.

Acho, Sr. Presidente, que esse é um tema que nós, talvez, no próximo ano, tenhamos que retomar, porque Curitiba estará com um novo sistema de transporte que,

volto a repetir, não foi discutido quase que por absolutamente ninguém.

Quero encerrar, Sr. Presidente, mas antes apenas criar, rapidamente, que temos aqui na Casa o novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários do Tribunal de Contas. Acho que deveríamos ter uma atenção especial, porque esse plano não pode ser votado sem que, por exemplo, passe pela CCJ e venha em forma de Comissão Geral. Por que falo isso? Pelo menos 2 pontos gostaria de ressaltar: o item 04 que fala do enquadramento e o item 08 que fala em progressão. Um deles, notoriamente inconstitucional, está aqui no plano, e que se não tivermos oportunidade de fazermos esse debate na CCJ, se for par vir para Comissão Geral, quero me colocar já, antecipadamente, não vou assinar pedido de Comissão Geral para o PCCS. Acredito que não virá, mas que não venha em forma de Comissão Geral o PCCS do Tribunal de Contas, porque aí não teremos oportunidade de fazer o debate que me parece extremamente importante que estamos fazendo hoje com o SindiContas. E acho que os servidores do Tribunal de Contas têm interesse que esse debate seja o mais transparente possível, para que todos tenham oportunidade de se manifestar.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Deputado Edson Strapasson.

Deputado Edson Strapasson (PMDB)

O SR. EDSON STRAPASSON

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Rapidamente dando sequência ao tema já abordado pelo Deputado Luizão e pelo Deputado Tadeu Veneri em relação à questão da mudança de legislação de transporte de Curitiba, estávamos conversando com o Deputado que preside a Comissão de Assuntos Metropolitanos, o Deputado Bertoldi, para que façamos, no início do ano, uma Audiência Pública, através da Assembléia Legislativa, porque na medida que as linhas metropolitanas o poder concedente é estadual, é o Governo do Estado que concede; na medida que estamos com as concessões vencidas a bastante tempo e não vemos nenhuma iniciativa concreta do Governo do Estado para estabelecer uma diretriz; considerando o processo de integração, na década de 80 iniciou e na década de 90 avançou a municípios distantes, criando um processo de falta de sustentação. O sistema hoje é complicado. A URBS é que determina o que pode integrar. Determina, inclusive, se pode acrescentar horários.

Tendo em vista que a URBS faz o caixa de compensação, faz o pagamento por quilômetro para as empresas, é evidente a insuficiência financeira da URBS para pagar o aumento de quilômetro. Quem está pagando caro, hoje são os municípios da região metropolitana de Curitiba. Hoje vemos um processo onde o sistema é regional,

deveria ser misto, com participação de decisões tanto do Governo do Estado quanto das prefeituras municipais e da URBS também.

O sistema hoje está sendo discutido na Câmara Municipal de Curitiba, criando normas, regulamento para o novo sistema e não temos nenhuma participação, discussão com o Governo do Estado, com a Assembléia Legislativa, com as Prefeituras, com as Câmaras Municipais para discutir o todo desse sistema. É impossível conceber um sistema regional integrado pensando numa lei municipal, somente Curitiba. Não tem como!

Como a URBS vai avançar ou manter a integração se a nova legislação pensa em nível municipal, em nível da Câmara Municipal de Curitiba? É importante que tenhamos uma participação efetiva. É importante que se discuta a sustentação da integração futura. Existem municípios, hoje, como Araucária, que paga mensalmente algo em torno de R\$ 1 milhão, no caixa da URBS, para manter a integração. Do outro lado existe o município de Almirante Tamandaré, Fazenda Rio Grande, Colombo, que não têm a capacidade e econômica para bancar isso.

Então temos que buscar o equilíbrio do sistema como um todo. O estado tem que pensar na licitação das suas linhas intermunicipais na medida que temos empresas com contrato vencido.

É importante que discutamos por inteiro porque, de repente, esta lei que está sendo discutida na Câmara de Curitiba não vai resolver efetivamente nada, continuaremos com o problema regional. Creio que se não discutirmos um sistema, já que ele é pago por quilômetro pelo sistema de anéis, a integração da região metropolitana está fadada à extinção.

Então, é isto que queremos: viabilizar a integração, logicamente, com sistemas de alta capacidade, seja no biarticulado, seja no metrô, futuramente, mas pensando na grande Curitiba, não pensando somente Curitiba, individualmente.

É isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muito obrigado pela oportunidade!

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Caíto Quintana**)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, concedo a palavra no Grande Expediente, por 30 minutos, ao Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

A partir de hoje, mesmo que a CPI dos Cartórios não se instale ainda, estou instalando a CPI clandestina dos cartórios. Já que teve aquela manobra do Deputado Romanelli, estou criando a CPI clandestina dos cartórios. Já abri uma pasta e esta pasta preta é a caixa preta do Judiciário. Começa a aparecer aqui.

Achei uma frase maravilhosa que dá abertura oficial a este documentário. Esta frase é conhecida por muitos e, principalmente, pelo Judiciário: “Maior que a tristeza de não haver vencido, é a vergonha de não ter lutado!” É do nosso Rui Barbosa. É uma frase muito conhecida.

Começo este depoimento, hoje, lendo um e-mail que recebi. Quando a imprensa tem coragem de divulgar, não se esconde por determinação do patrão que deve ter o “rabo preso” no Judiciário ou que tem alguma ação para ser julgada, quando, covardemente, a imprensa se esconde e não se interessa por um assunto que deveria se interessar, as coisas acontecem. Acabo de receber um e-mail que diz o seguinte:

(Lê):

Prezado Deputado Jocelito

Ouvindo a CBN, tomei conhecimento do seu pedido de CPI para verificação dos cartórios do estado do Paraná.

Acho sua atitude louvável no intuito de sanar a contínua irregularidade dos atos relativos à titularidade dos cartórios.

Informo que meu falecido tio, Eli Galeski Xavier Rego, era titular do cartório do Pinheirinho. Cartório muito visado devido à alta rentabilidade do mesmo.

Quando faleceu, por acidente aéreo, na mesma semana assumiu um cartório vindo de Ponta Grossa, estando lá até hoje. Esta pessoa é titular de um cartório em Ponta Grossa e faz parte da diretoria da ANOREG (é o que colegas afirmam).

Houve concurso para titularidade recentemente e observei que especificamente esse cartório não foi a concurso nem para remoção ou transferência de titularidade. Isto é irregular, por estar em desconformidade com o código de normas da Corregedoria Geral da Justiça do Paraná.

Soube também, que um cartório de União da Vitória assumiu há tempos mais um cartório de protesto na mesma cidade como designado, e que este tem maior rentabilidade do que o de sua titularidade, portanto possui 2 cartórios na mesma cidade.

Sou arquiteta e também bacharel em Direito, faço pós-graduação em Direito Registral e Notarial para depois enfrentar algum concurso de titularidade para cartório. Não estou no concurso atual porque foi pouca publicidade: somente nos jornais de cartórios e nos meios que a eles interessavam. Quando soube já era tarde, havia perdido a inscrição.

Confesso que praticamente não vejo solução se continuarmos como está no tocante a escolhas e nomeações, mesmo porque quase só vão a concurso novos cartórios onde não se sabe a possibilidade de ganho que, por vezes, mal dá para a manutenção.

Espero que seja feliz e vitorioso nesta sua “briga”, porque já imagino o que vai enfrentar.

Isto faz-me lembrar o “Por que no te callas?” dito pelo Rei espanhol.

Grata por sua paciência ao ler o conteúdo desta.

(a) VERONITA REGO - Arquiteta

Quem me manda esse e-mail é a Verônica Rego, arquiteta, quem me traz os primeiros dados sobre os cartórios. Esse é um dado importante sobre o cartório de Curitiba. O que há por trás dos cartórios? A convivência do Poder Judiciário, que é o órgão fiscalizador dos cartórios; titulares que recebem a delegação por indicação; titulares que nunca residiram em um local onde tem suas serventias; titulares que não exercem as suas funções, apenas auferem lucros; titulares que têm várias delegações em nomes de familiares; titulares que permutaram os seus cartórios, o que é crime; titulares que venderam os seus cartórios.

Vou citar só um quadro envolvendo esse cidadão de Ponta Grossa, que é muito chegado no Poder Judiciário. Prova disso é que ele está nomeado em Ponta Grossa e nomeado nesse cartório - acabei de ler um e-mail de familiares do falecido que era proprietário do cartório aqui na capital do estado. Temos a permuta de um pai para o filho e de um filho para o pai.

Srs. Deputados, encontramos aqui, por exemplo, o Sr. Álvaro de Quadros Neto, que vem de uma permuta arrumada pelo seu pai e que nunca exerceu as funções, vem nomeado para o cartório de Curitiba, no Cartório Distrital do Pinheirinho. Está nomeado em 2 cartórios.

Diz a legislação, Deputado Dobrandino, que extinta a delegação, a notória oficial de registro, autoridade competente declara vago o respectivo serviço, designará o substitutivo mais antigo para responder pelo expediente e abrirá concurso. O Deputado Caíto Quintana sabe disso. A lei define: morreu alguém, se chama o mais antigo e em seguida abre-se o concurso. O Judiciário paranaense permitiu que viesse de Ponta Grossa um cartório, que está em um cartório para assumir outro cartório em Curitiba. O cartório do Pinheirinho, em Curitiba, ficou vago com a morte do titular. Não foi designado substituto mais antigo para responder pelo expediente e não foi aberto concurso.

Foi designado desde 2004 Álvaro de Quadros Neto, que figurava como titular do 2º Registro de Imóveis de Ponta Grossa. Até hoje ele é designado no Pinheirinho, é titular do 2º Registro de Ponta Grossa. Pasmem os senhores, ele já conseguiu a opção para o 3º Registro de Imóveis de Ponta Grossa e é Vice-Presidente da ANOREG e da FUNARBEM. Foi indicado pelo Tribunal para fazer parte da comissão de concurso com o representante da ANOREG e estava inscrito juntamente com o seu pai para fazer o mesmo concurso: “Poder Judiciário do Paraná começa a abrir caixa preta”.

É por isso, Deputado Strapasson, que ninguém quer investigar isso. É por isso que alguns meios de comunicação, de forma covarde, se escondem atrás de sentenças. Meios de comunicação que se dizem independentes. Não têm peito de colocar essa matéria no ar. Sabe por quê? Porque quem sabe os seus padrões estejam a aguardar sentenças judiciais do Tribunal de Justiça do

Paraná. Sei que muitos jornalistas não gostam de ouvir isso e muitos não têm culpa porque eles gostariam de fazer a matéria. E até alguns fazem, mas quando apresentam a matéria à chefia de redação o chefe diz: “Olha, isso não dá, isso não podemos falar. Alguém pediu para segurar, envolve o Poder Judiciário. Vai mexer com os homens da capa preta. Não dá”.

E assim o Paraná segue senhores. Parentes, sobrinhos, tios, cunhados, sogras, irmãos, filhos, todos nomeados. Senhores, concursos públicos feitos de uma forma que nos preocupa. Quem passa nos concursos públicos?

É só pegar os concursos e veremos quem passa. E esta Casa, Deputado Plauto, não quer investigar! Ontem, na Comissão de Fiscalização, que é um dever investigar, entrei com um requerimento pedindo todas as informações e na última hora houve um pedido de vistas para não aprovar o requerimento que obrigaria o Poder Judiciário a informar a esta Casa.

A CPI dos Cartórios sai ou vão engavetar? Consegui as 18 assinaturas, estão aí as 18 valorosas assinaturas de Deputados com coragem de querer enfrentar esse julgamento. Agora, é duro você ver um Deputado querer investigar o Governo. “Ah, esse Governo é corrupto, está cheio de confusão”. É tão bonito ver isso. Mas, do outro lado, você vê que os mesmos não querem investigar o livro negro da história do Judiciário paranaense: os cartórios.

Aqui seguem alguns documentos que quero entregar à CPI. Muitos documentos. Já está começando a acontecer algumas coisas, começando a mexer com algumas pessoas. Já tem gente induzindo segmentos. Mas, comigo não há problema nenhum. Tudo o que quiserem investigar da minha vida, até os erros que cometi, são públicos, podem investigar, todo mundo sabe, até amanhã vou ser julgado por aquele caso do policial em Brasília. Estou muito tranquilo. Agora, será que não é justo investigar também todas essas aberrações que estão aqui e que alguns não querem investigar? Mas estão surgindo as primeiras boas coisas. O Sr. Álvaro de Quadros Neto acaba de renunciar ao cargo de 2º Vice-Presidente da ANOREG, já deixou a ANOREG. O simples fato da instalação da CPI já traz a primeira baixa. O cartório nomeado em Curitiba, em Ponta Grossa, já pediu demissão da ANOREG, cargo em que estava.

Mas aqui entre os documentos, estou recebendo uma série de documentos, porque aqui do lado, no Tribunal de Justiça, existem pessoas exemplares, pessoas de caráter, pessoas direitas, pessoas que querem o justo e pessoas que querem, acima de tudo, ver prevalecer a justiça e não a picaretagem.

Esse livro que abri aqui, por exemplo, traz mais um dado excepcional. Ele traz uma preocupação, senhores, quando ele fala que Desembargadores passaram por cima de uma lei, de um Conselho de Magistratura para definir a posição em favor de um filho. É verdade. Aí nos preocupa quando sabemos que um conselho, um conselho que tem o poder de ser ouvido, um conselho muito impor-

tante acaba sendo colocado de lado. O Conselho de Magistratura visivelmente foi colocado de lado, porque alguns interesses pessoais falaram mais alto.

Então, este livro segue aqui, já recebi inúmeros e-mails, tem até um dado aqui de um cartório que um cidadão morreu e deixou registrado, senhores, um testamento, deixou um testamento dizendo: “Olha, 30% do cartório é para o fulano de tal”. Estou com a cópia do documento aqui. É verdade. Não é brincadeira.

Estão brincando aqueles que ignoram o que falo aqui. Tem cartório aqui designado, filhos de ex-Secretários de Estado, Deputado Strapasson, têm aqui cartórios designados de filhos de ex-Governadores. E assim segue. Tem para todos os gostos. Tem Maringá, tem Londrina, olha, é um festival! Tem até um registrador que foi preso por falsificação, saiu na Globo, e continua firme lá, tem 2 cartórios. E hoje recebi um documento que um cartório falsificou, um documento para assumir um cartório. Este documento vai chegar esta semana agora.

Senhores, sei que alguns não querem me ouvir, sei que alguns dizem: “Esse Jocelito é louco”, sei que alguns querem distrair a minha atenção, estou fazendo a minha parte, estou colocando nos Anais desta Casa aquilo que quando subi naquele banquinho ali, naquela madeirinha, disse que cumpriria: a Constituição do Estado do Paraná!

Tem documento aqui para todos os gostos, tem documento que não acaba mais. Quero registrar aqui que o Presidente do PPC de Curitiba, o Fábio, me mandou um e-mail, mais um cidadão de nome Valdir me mandou um documento.

Enfim, senhores, este livrão paralelo, esta CPI clandestina que estou fazendo, não alternativa não, vou dizer clandestina, ela podia ser verdadeira, Deputado Romanelli, se V. Exa. não tivesse colocado aquelas CPIs laranjas que colocou, sem fundamento. Aí ela seria a CPI verdadeira! Tem documento para todo lado, de qualquer cidade, de cartório, tem foto, está começando a ficar boa essa CPI que comecei a fazer, mesmo que a Casa não queira fazer. Se a Casa não fizer vou fazer e vou entregar depois, nem que seja para a imprensa noticiar.

Concedo o aparte ao Deputado Cheida.

O Sr. Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

Apenas para solicitar, Deputado, que quando V. Exa. fala que a Casa não quer investigar, eu sei, entendo que V. Exa. está se referindo à Assembléia majoritariamente, mas até por uma questão de justiça gostaria que V. Exa., quando fizesse essa referência ou declinasse os nomes, e são vários que assinam esse pedido de V. Exa., sempre ressalvasse que existem 18 Deputados que estão, neste momento, naturalmente querendo o que V. Exa. deseja.

Obrigado pelo aparte.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Vou registrar que V. Exa. é o 7º Deputado que assinou a CPI, Deputado Cheida. Fora o Jocelito, Deputados

Belinati, Stephanes Júnior, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Marcelo Rangel, Mamede; Dr. Batista, Pupio, Welter, Luizão, Luciana, Chico Noroeste, Rosane Ferreira, Reni Pereira, Valdir Rossoni e Pastor Edson. São os 18 nomes dos Deputados que assinaram a CPI.

Estou procurando no Regimento da Casa que há um dispositivo que diz que o Deputado pode retirar a assinatura enquanto a CPI não for instalada. Espero que todos aqueles que assinaram a CPI não retirem a assinatura, mas se alguém se sentir com vontade de retirar que me comunique para que eu possa substituir o nome daquele que quer sair. Aos companheiros que tiveram a coragem de assinar essa CPI, a mais importante do Paraná nos últimos tempos, e que é co-autor dessa CPI comigo, o meu querido Deputado Pastor Edson Praczyk, se algum Deputado for retirar a assinatura que o faça pessoalmente para mim, me comunique em tempo de eu tentar buscar uma outra assinatura para que o Paraná não deixe de investigar aquilo que nunca investigou na sua história!

Concedo o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana (PMDB)

Deputado Jocelito, esse assunto é muito amplo. Estava aqui pensando se fazia o aparte ou não, porque o tempo é restrito para discutir um assunto de tamanha envergadura.

V. Exa. coloca algumas questões sumamente importantes, outras, nem tanto. Por exemplo, um e-mail que V. Exa. recebeu sobre a divulgação para inscrição no concurso não expressa a verdade, não de V. Exa., mas de quem mandou. Esse concurso foi aberto com prazo de inscrição há 2 anos atrás. Ele não aconteceu. Agora, recentemente, o Tribunal reabriu o prazo considerando aquelas inscrições de 2 anos atrás. Então, a pessoa possivelmente não tenha visto e passou batido. Agora, que a sua preocupação é importante, é.

Faço esse aparte para não transparecer que o seu pronunciamento ou a sua CPI seja contra cartórios, porque a grande maioria dos cartórios, hoje, no Paraná - e a partir de agora só entra cartório por concurso ou por remoção - o Código de Organização Judiciária determina que 2/3 dos cartórios que vagam são feitos por concurso e 1/3 por remoção pela data que o cartório se torna vago. Mas só quero dar um testemunho: esse assunto poderá voltar à tona um dia e podemos discutir mais. Fazem 2 anos que foi aberto um concurso de remoção para esse 1/3 de cartórios vagos.

Sou cartorário há 35 anos num cartório lá em Planalto. Fiz concurso lá, um cartório distrital, nem da comarca é. Da mesma forma o Deputado Hermas Brandão, com 40 anos aproximadamente de cartório, também fez um pedido de remoção. Fazem 2 anos e até hoje nenhuma dessas remoções aconteceu e não foi instalado nenhum dos cartórios que foram criados por aquela divisão judicial. Agora foi feito um novo concurso para preenchimento daqueles 2/3 que estão vagos; foi feita a 1ª

fase, não sei quando vai se fazer a 2ª fase. Parece-me que já tem, inclusive, uma ação no Judiciário procurando anular as condições daquele cartório.

O que está faltando e que talvez pudéssemos conversar. Está faltando um questionamento mais preciso, mais fechado. A legislação diz: "Cartório só pode ficar vago durante 6 meses". Seis meses pode, sim. O Juiz pode designar qualquer pessoa para responder pelo cartório e lhe concede atribuições de fé pública. Mas hoje, temos cartórios que estão vagos há 5, 6 anos e não há remoção e não há concurso. Essa é a chave básica: saber porquê não temos o andamento das remoções e dos concursos. Isso é de suma importância. Mas registro uma coisa: não transparência. Sempre que se fala cartório pensa-se o seguinte: os cartórios. Não. É o sistema que tem que ser olhado por dentro para ver o que está acontecendo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Muito obrigado, Deputado Caíto Quintana.

Encerro a minha fala. Voltar ao início, Rui Barbosa: "Maior que a tristeza de não haver vencido é a vergonha de não ter lutado."

Obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário da liderança do Bloco PPS/PMN, com a palavra o Sr. Deputado Douglas Fabrício.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Douglas Fabrício

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.

Hoje quero conversar um pouco com os Deputados e começar pelas famosas TVs laranjas, ou alaranjadas, que o Governo pagou bem mais caro do que se comprarmos aqui em qualquer loja.

Esta semana estive em Campo Mourão um enviado especial da Secretaria da Educação. Sabe aqueles papagaios de pirata? Foram lá, reuniram os professores, Diretores de escolas, alguns Prefeitos e levaram a TV laranja para entregar lá. Parece que já estão entregando aqueles 22 mil que o Governo comprou e pagou bem mais caro do que valia. Até pagar mais caro! Já fizemos um pedido de CPI, está aberto para quem quiser assinar, quem quiser ajudar a fiscalizar pode assinar. Pior que isso é o seguinte: esse papagaio de pirata que é da Secretaria da Educação entregando aos Prefeitos e aos professores os televisores caríssimos, a preço de ouro que o Governo pagou com o dinheiro de ouro, ele fez o seguinte: pediu para que cada Prefeito que estava presente apontasse quem era o seu Deputado.

Aí o Prefeito levantava e dizia: "O meu Deputado é o fulano de tal." Ao final ele criticou duramente a Oposi-

ção, aqui, da Assembléia. Esse papagaio de pirata, enviado pelo Requião, foi lá falar mal dos Deputados da Oposição.

Gostaria de conchamar aos Deputados da Oposição, que não podemos ficar imaginando que o Governo mete a mão no dinheiro do povo, do jeito que está fazendo com o superfaturamento desses televisores, e ainda na hora de fazer a entrega dos televisores, bem depois do que deveria ser entregue, porque o povo está esperando essas TVs desde o ano passado e agora que estão entregando, e vai lá falar mal dos Deputados da Oposição.

Imagino que o papel do Deputado, seja ele da Situação ou Oposição, é fiscalizar o Governo. Um dos papéis é fiscalizar o Governo. Quando fui eleito me comprometi com a população de justamente fazer isso. Vim aqui, na Assembléia, representar as pessoas que acreditaram no nosso nome, que foram lá e votaram imaginando que estaríamos aqui para defender os interesses do povo. Queria lembrar o preço desses televisores.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Deputado Douglas, tenho até me tornado mal compreendido pelo Governo, naturalmente, por algumas pessoas, por ser muito exigente. Nesse final de semana esteve esse mesmo papagaio de pirata lá em União da Vitória, minha cidade, e recebi a mesma homenagem. Considero-me homenageado, porque estava sendo acusado por uma daquelas pessoas que fez parte dessa falcatrua. Eu, inconformado, voltei. Será que estou tão equivocado?

Ontem dediquei duas horas para acessar todos os sites que vendem televisores. E parece que Deus me protegeu. Encontrei o mesmo televisor comprado pelo Governo, só que com um adendo: o televisor comprado pelo Governo não tem DVD. O meu que comprei, que nós compramos, depois vou cobrar de todos os Deputados da Oposição para guardarmos o símbolo da corrupção que é a TV laranja. Encontrei o televisor. O televisor do Governo tem USB, este que compramos também tem. O televisor do Governo tem cartão de leitura, esse tem cartão de leitura. O televisor que eu comprei tem DVD, o televisor do Governo não tem DVD.

Aí tem a contabilidade. O Governo pagou por este televisor R\$ 886, aí foi baixado um decreto, uma portaria pela Secretaria da Fazenda isentando de ICMS. Comprei o televisor por R\$ 730 com imposto, com ICMS, em 10 longos pagamentos. O Governo comprou 22 mil televisores por 880 e poucos reais, pagaram antecipado e ainda não entregaram os televisores em sala de aula.

Quero dizer a V. Exa. que pode afirmar em Campo Mourão, como vou fazer em União da Vitória. Vou reunir todos os professores e cada vez que esse professor olhar para esse televisor laranja dentro da sala de aula, ele vai ver o símbolo da corrupção, porque se eu comprar os televisores hoje, se V. Exa. comprar os televisores hoje, V. Exa. vai economizar para o Governo R\$ 5 milhões.

Mas quero fazer uma outra conta. Veja o seguinte, Deputado Douglas: se na hora de comprar os 22 mil televisores, em torno de R\$ 19 milhões no começo do ano, se pegasse esses 19 milhões e aplicasse a 1%, daria 190 mil x 10 meses, dava 1 milhão e 900. Um milhão e 900 divididos por R\$ 700 eu compraria mais 2 mil e 300 televisores. É a maior vergonha da história da educação do Paraná!

Por isso, quero alertar aos Srs. Deputados, quando falo da CPI da Corrupção, os televisores laranjas estão embutidos. Mas voltaremos no ano que vem.

Agradeço pelo aparte.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Essa história desse funcionário da Secretaria da Educação, um papagaio de pirata sair por aí criticando, gastando dinheiro do Governo, porque ele vai com as passagens pagas pelo Governo, quem paga as despesas de viagem desse cidadão somos nós paranaenses, ele vai lá e ao invés de fazer o seu papel, vai falar mal dos Deputados da Oposição. Ele nem citou meu nome, mas falou mal dos Deputados que estão fazendo oposição. Se vir aqui na Assembléia para fiscalizar não for o nosso papel, sinceramente estou decepcionado.

Gostaria de conceder um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Douglas Fabrício, primeiro gostaria de me solidarizar com o seu pronunciamento. Mas é assim mesmo, esta é a arma que o Governo tem para fugir do debate democrático. Eles fazem assim mesmo, Deputado. E este papagaio de pirata, esse sujeito “laranja”, que é pago com o dinheiro público, precisava vir aqui na Assembléia Legislativa e falar o que falou em reuniões lá em Campo Mourão, mas aqui, na Casa de Leis. Aí sim, quero ver realmente se ele vai ter coragem, porque pra debater o assunto, eu não vi ninguém retrucando ou explicando de uma forma decente o que aconteceu com o caso das TVs laranjas. E outros casos mais.

E outra coisa: respeito! Respeitem a Oposição, que é a última resistência do estado do Paraná, que fica na Casa do Povo, na Assembléia Legislativa. É uma Oposição aguerrida, de poucos Parlamentares, mas temos muita vontade de defender o povo do estado do Paraná.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Para encerrar, quero pedir que V. Exa., Deputado Valdir Rossoni, me empreste esta televisão com a nota fiscal de compra, tudo certinho, porque vou levar a Campo Mourão, vou fazer uma reunião com a imprensa, vou fazer uma reunião com os professores e vou levar a conta...

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Vai levar a nota fiscal do televisor, porque é importante, porque é a prova do valor do pagamento para comprovar essa diferença monstruosa, Deputado.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

E aí, quero deixar claro também aos Prefeitos: está chegando o ano que vem, é o ano de eleição, e aqueles Prefeitos que se envolveram nas maracutaias, aquele tipo de negócio que este Governo tem feito, é melhor se preparar, porque o povo vai reprovar nas urnas aqueles que fazem aquilo que é contra o povo, comprar um produto muito mais caro do que realmente vale.

Então, deixar este registro para os Deputados da Oposição e também para os Deputados que defendem o Governo a qualquer custo, nesta Casa. Tem papagaio de pirata falando mal dos Deputados por aí, no Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado ao PSDB, concedemos a palavra ao Deputado Ademar Traiano.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Este final de ano realmente o Plenário desta Casa está recheado de temas importantes, polêmicos, para que a Oposição possa fazer, aqui, neste grande palco que escolhemos, a grande tribuna do povo em defesa dos paranaenses. E acima de tudo, a oportunidade para que possamos mostrar aos paranaenses as trapalhadas, principalmente do nosso ilustre Governador dos paranaenses.

Li os jornais de hoje, todos os jornais praticamente. Trouxeram uma matéria que nos chama a atenção, Srs. Deputados. O Governador Roberto Requião acaba de contratar um escritório em Brasília para advogar a favor do estado na questão dos royalties das usinas do estado do Paraná.

Até aí tudo bem, Srs. Deputados. Quero crer que o Governo Roberto Requião, na ânsia, no desejo, nesta luta incessante de tentar resolver o problema do caixa do estado do Paraná, busca todas as alternativas possíveis para equacionar esta situação. Não fora todas as perdas no campo jurídico, que acabou sofrendo em todas as instâncias praticamente, exatamente em função da intransigência do Governador Roberto Requião, agora, numa atitude de desespero, contrata um escritório em Brasília às custas do estado de 10% de honorários advocatícios se o escritório for bem sucedido em favor do Paraná.

Onde está o respeito que o Governador Roberto Requião tem para com a sua equipe de magistrados, de profissionais, como a Procuradoria Geral do Estado, que em alto e bom som muitas vezes esbravejou aqui que tinha uma das melhores equipes de juristas - de forma especial a sua chefe, a Procuradora - e que agora, a partir dessa contratação, no nosso entendimento, passa a desrespeitar a sua equipe de profissionais? Não confia mais na sua equipe, em função das derrotas sofridas nos Tribunais de Justiça, no Supremo Tribunal Federal, enfim, o

Governo do Paraná está realmente escrevendo uma história amarga através das ações, das investidas do Governador Roberto Requião em todos os aspectos, em todas as ações que postulou buscar uma solução para o estado, sofreu uma derrota que realmente enxovalhou a sua equipe de profissionais.

E é exatamente por isso que viemos a esta tribuna: para manifestar a nossa preocupação, Srs. Deputados. Deputado Valdir Rossoni, no nosso entendimento o Governador Roberto Requião peca, e peca muito, deixa a desejar pela sua intransigência, pela sua falta de diálogo, pela sua falta de comunicação e de entendimento com a sociedade, com os segmentos produtivos do estado, enfim, com aqueles que nomeiam e no mundo governamental buscam alternativas e soluções para os problemas do estado. Refiro-me aqui, Srs. Deputados, apenas a um exemplo que eu gostaria de deixar evidenciado, o que é perfeitamente legal, reconhecido juridicamente, todo tipo de negociação que o Governador poderia fazer, por exemplo, uma negociação com o Banco Itaú ou com qualquer outro banco, abrindo uma licitação para colocar as contas do funcionalismo do estado à disposição de uma instituição financeira. Quanto isso poderia resultar aos cofres do Tesouro Estadual em benefício dos paranaenses! Mas, não. O Governador prefere colocar a sua arrogância, a sua intransigência em prejuízo do estado do Paraná.

Srs. Deputados, se a Prefeitura de Curitiba consegue, apenas com as contas dos funcionários municipais, alcançar a casa da ordem de R\$ 140 milhões para os cofres do município, imaginem quanto o Governo do Paraná poderia ter se abrisse uma licitação para colocar as contas dos funcionários estaduais! Quero crer que poderíamos chegar à casa de mais de R\$ 1 bilhão se fôssemos analisar o que os outros Governos já fizeram no estado de Minas, no estado de São Paulo, o que resolveria, equacionaria definitivamente todas as pendengas do estado do Paraná.

Não vale à pena a luta que o Governador está travando intransigentemente, apenas para satisfazer a sua vontade pessoal, apenas para satisfazer o seu bel-prazer de dizer que é contra, até porque o Governo anterior colocou à disposição do Banco Itaú as contas do Governo do Estado.

Não podemos aceitar isso, porque o Paraná está tendo um prejuízo incalculável, todos nós estamos perdendo e é por essa razão que não podemos nos calar nesta tarde. No momento em que vemos o Governador contratar um escritório em Brasília, dando ao escritório do advogado Nantes de Oliveira, sob a alegação de tratar-se de um profissional altamente especializado, enquanto marginaliza os seus profissionais da Procuradoria Geral do Estado que poderiam muito bem, pagos pelo dinheiro dos contribuintes do nosso estado, patrocinar as causas do estado do Paraná. Mas pelo que vejo, os nossos profissionais, lamentavelmente, não têm sido felizes nas suas causas, no patrocínio das causas do estado do Paraná, até porque os prejuízos que estamos sofrendo são incalculá-

veis. O Paraná perdeu milhões de reais neste ano em todas as ações propostas com o objetivo de buscar dinheiro para o estado do Paraná.

Por isso, Srs. Deputados, é oportuno fazermos aqui esta lembrança no momento em que, de uma forma afoita, o Governo tenta buscar recursos para suprir o déficit no Governo do Estado no seu caixa. Há poucos dias trouxe para cá a mensagem do IPVA, que numa ação rápida, deflagrada pelos Srs. Deputados da Oposição, graças a Deus conseguimos fazer com que o Governador se encolhesse, se curvasse ante a vontade da população paranaense e recuasse na sua pretensão, retirando o projeto. E agora, de uma forma novamente sorrateira, novamente tentando manipular, tentando ludibriar a inteligência dos Srs. Parlamentares, propõe um aumento indireto na redução de 15 para 5% do IPVA para aqueles que pagam à vista o seu imposto, o que não podemos concordar. O Governador poderia buscar outras alternativas, como essa que eu acabei de citar, a abertura de uma grande licitação para colocar as contas do estado em qualquer instituição bancária, e quem sabe, sim, numa licitação dessa, poder levantar recursos acima da ordem de R\$ 1 bilhão para resolver os problemas do estado do Paraná, como fez a nossa Assembleia Legislativa com a inteligência do nosso Presidente e do nosso 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Horário das Lideranças, PMDB. Com a palavra Deputado Cleiton Kielse.

Liderança do PMDB: Deputado Cleiton Kielse

O SR. CLEITON KIELSE

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Venho a essa tribuna por 3 motivos. Um para responder alguns questionamentos que foram feitos pela Oposição, no sentido da entrega dos televisores que estão sendo feitos, não apenas em Campo Mourão, mas em todo o estado do Paraná. Quatro estados já estiveram aqui no Paraná, dentre eles Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, e alguns companheiros, inclusive amigos nossos de Minas Gerais, para buscar as informações a respeito de como vai funcionar a tecnologia e como eles conseguiram chegar a um preço tão bom quando da compra dos televisores.

Por isso, para justificar que todas as 2 mil e 800 escolas do estado do Paraná estarão recebendo até o dia 30 deste mês todos os televisores comprados na tal licitação citada pela Oposição. Independente do município, se é União da Vitória, se é Campina Grande do Sul, se é Campo Mourão, todos os municípios estarão recebendo. E se caso alguém oriundo do Governo tenha citado algum Deputado, nominado algum Deputado, acredito que cabe qualquer tipo de interpelação, porque ele não tem autorização para fazer isso, muito menos para criticar pessoalmente algum Deputado que tenha se insurgido na defesa

do interesse público, na tentativa do barateamento de algum equipamento que, pela comissão que foi feita, demonstrou que houve transparência, não só na compra, mas na entrega dos equipamentos.

O segundo assunto é pertinente a um prejuízo que o Governo está tendo há cerca de 3 anos.

Estamos vendo que as decisões judiciais estão contra o Governo do Estado. As decisões judiciais pertinentes à defesa que o Governador Roberto Requião tem feito dos precatórios de Santa Catarina, que não têm convalidação pelo Banco Central.

Por isso, queria a atenção dos Deputados da Oposição, porque estamos hoje com um pedido, com autorização, inclusive de alguns membros do Banco Central, para saber o que ocorreu na compra e agora no processo que o Governo está respondendo para pagar os precatórios do Banco Itaú.

Os precatórios, que na época seriam na casa de R\$ 200 milhões, que alguns estados pagaram e reembolsaram, aí sim ao Banco Itaú, reembolsando também o Governo do Estado que não teve que pagar esses precatórios, mas que hoje estamos tendo uma ação tão negativa, não só na CND do Governo do Estado, que é a Certidão Negativa de Débito junto ao Banco Central, mas vai dar um prejuízo na ordem de quase R\$ 800 milhões. Vou repetir R\$ 800 milhões. E não vamos nos habilitar a receber do Governo Federal em todas as áreas. Repito: R\$ 800 milhões. Não vamos receber, caso o Banco Central venha conflitar com essa nova ação que o Governo entrou em defesa dos paranaenses.

Pasmem, o que ocorreu na época, onde eu e mais de 25 Deputados já éramos Parlamentares, tínhamos, num momento de devaneio de algum membro do Banco do Estado da época, que foi lá e comprou títulos podres de alguns estados, esses títulos eram de R\$ 24 milhões. Lembro, porque entramos numa discussão com um Diretor do BANESTADO aqui neste plenário. Desses 24 milhões transformou-se em precatórios na ordem de 200 milhões, quando da privatização do BANESTADO. O Banco do Estado foi vendido por 1 bilhão e 300. Hoje só os títulos que não foram pagos estão na casa de R\$ 1 bilhão. Acho conveniente não só uma CEI, como tínhamos combinado, mas instalar uma CPI dos precatórios do Itaú aqui nesta Casa.

Estamos vendo que estamos perdendo na Justiça. Mas nenhum Parlamentar sabe a verdade do que ocorreu nos bastidores. E que carga é essa de juros, que num período de 3 anos e meio chegou na casa de R\$ 1 bilhão? Só os títulos de Santa Catarina, que seriam na ordem inicial de R\$ 6 milhões. Seis milhões viraram R\$ 1 bilhão.

Qual será a matemática financeira que estão fazendo contra o Governo do Estado? Qual matemática que eu possa raciocinar de juros, de insurgência de multas, de conflito? Não acredito que algum agiota possa chegar a esses números com tanta rapidez.

Sabemos que esse conflito tornou-se de ordem pessoal do Governo do Estado. O Deputado Nelson Justus

tentou ajudar, interferir, mas a monta desses recursos, ao mesmo tempo, não deixa o Governo ter a CND para receber inúmeros recursos da educação, da saúde, saneamento básico, obstruindo parcerias na área de pavimentação e tantos outros projetos por causa de 6 milhões iniciais, que eram as ações dos precatórios de Santa Catarina, no tempo que éramos Deputados. V. Exa. era Deputado também e estava comigo no plenário o dia que cobramos do corretor que comprou essas ações indevidamente, na época do Banco do Estado.

O Sr. Elio Rusch (Partido Democratas)

V. Exa. me permite um aparte?

(Assentimento)

Deputado Cleiton Kielse, ouço o vosso pronunciamento e, na verdade, estamos vivendo um último tempo no estado do Paraná. Uma série de acusações e fatos que acontecem, tanto na área jurídica, principalmente na questão do pedágio, na questão dos precatórios. V. Exa. diz que devia pegar, levantar e formar, de repente, uma CPI para apurar exatamente a questão dos precatórios.

O Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, conhece toda história porque ele era Senador, fazia parte da CPI naquela época. Ele era o Relator. Então, tudo que se fala em precatórios, ninguém melhor do que o Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, para dar explicações. Ele tem todos os dados no Governo, quando ele era Senador e mesmo a própria Secretaria da Fazenda. Então, querer fazer uma CPI em cima dos precatórios... eu gostaria de saber, também, o que efetivamente aconteceu, mas o Governo sabe. É só dizer a verdade do que aconteceu.

Obrigado pelo aparte!

O SR. CLEITON KIELSE (PMDB)

Afirmando que V. Exa. também tem razão. V. Exa. tem total razão, porque enquanto o Senador Roberto Requião denunciava que os falsos títulos teriam sido comprados pelo Banco do Estado, simultaneamente, aqui na Assembléia, entrávamos com o pedido de informações junto ao Banco do Estado.

O corretor da época, que veio aqui explicar à Assembléia o porquê da compra desses títulos podres, disse que eram compras convenientes. Convenientes a quem? Convenientes a qual empresa? Convenientes de que forma? Sendo que V. Exa. ajudou, naquele momento, para que pudéssemos ter as informações complementares para que todos os Parlamentares pudessem elucidar quem ganhou com isso. Por isso, Sr. Presidente, estarei na presidência, hoje ainda, conversando. Infelizmente o período legislativo está terminando, mas já estamos colhendo as assinaturas, para a assinatura definitiva do 18º companheiro para a instalação dessa CPI.

Acho importante a CPI para que o Governo do Estado possa, junto ao Governo do nosso Presidente Lula, habilitar-se formalmente, e não em cada convênio

que venhamos a fazer com o Governo Federal, ter que entrar via Lei de Responsabilidade Fiscal, alegando que dentro do artigo 5º da Lei de Responsabilidade da Constituição Federal, o estado tem por direito assinar convênios com a área da saúde e da educação. Por isso, Sr. Presidente, agradeço este espaço.

Vou conversar, realmente, com outros companheiros que possam nos dar outras informações para fazermos não uma CEI, mas uma CPI, Deputado Elio, que, tenho certeza, V. Exa. seria um excelente articulador das informações necessárias para que venhamos a perguntar para o Itaú, para os corretores que venderam o Banco do Estado para o Itaú, na época, como é que foi feito de R\$ 6 milhões a transformação para 1 bilhão, numa dívida atuarial, no dia de hoje.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Jusus)

Liderança do Governo.

(Declina)

Liderança da Oposição. Com a palavra o Sr. Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não estou vendo o Deputado Douglas. Deputado Rangel, Deputado Edgar Bueno, que está com uma calculadora. Deputado Jocelito, que está com notebook. Deputado Carli, que é um jovem Parlamentar. Ajudem-me a fazer uma conta, se pudessem pegar um papel para vocês verem o tamanho do absurdo. Talvez o Governo demita o Secretário.

Deputado Stephanes, não lhe acho, não lhe encontro. Tem que ser demitido o Secretário da Educação. Espero o apoio do Deputado Stephanes. Vamos demitir o Secretário da Educação.

Deputado Praczyk, que é um grande entendedor eletrônico, gostaria que V. Exa. me ajudasse com os Parlamentares a fazer uma contabilidade rápida, simples e até considerada grosseira. O Governo está comprando 22 mil televisores a R\$ 860. Quanto dá? Dezoito milhões e 920. Estou exato, Deputado Praczyk?

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Exato.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Este é o Governo que comprou, pagou antecipado, ainda não recebeu todos os televisores, não chegou nas salas de aula. O Governo pagou 18 milhões e 920. Agora o Deputado Rossoni comprou um televisor em 10 pagamentos no cartão de crédito. Deputada Rosane, paguei por esse televisor, Deputado Praczyk me faça a conta, desculpe-me a liberdade, R\$ 739.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

Deputado, é a mesma televisão, com as mesmas especificações?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É a mesma televisão. A televisão do Governo tem USB e cartão de leitura e a nossa que compramos também tem e de lambuja o DVD. Comprei o televisor por R\$ 739. Quando o Governo comprou dessa grande loja, representante de televisores, a Cequipel, que vende televisores há muitos anos no Brasil, não só no Paraná, essa fábrica de móveis de São José dos Pinhais foi isenta de ICMS - não podemos esquecer. Se comprei o televisor por 749, V. Exa. coloque na contabilidade, 739 menos 18%. Quanto fica, Deputado Praczyk?

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

R\$ 605.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

R\$ 605 vezes 22 mil televisores, quanto dá?

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB)

R\$ 13 milhões, 331 mil e 560.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

R\$ 13 milhões, 331 mil e 560, vamos fazer redondo. O Governo comprou por 18 milhões e 920. Eu compraria esses televisores por 13 milhões e 331. Qual é a diferença? Cinco milhões e 610. A grosso modo, compraríamos esses televisores por 5 milhões, 610 mais barato. Mas, quero refrescar um pouco a memória dos Srs. Deputados e concluo: será que se eu comprar um televisor o desconto é o mesmo que 22 mil? Sem desconto deu 5 milhões e 600.

Agora, quero fazer uma outra conta que gostaria que os Parlamentares me ajudassem. V. Exa. que é um bom financista, Deputado Reni: se eu pegasse os 18 milhões que foram pagos antecipados e aplicasse até hoje, 6, 7 meses, daria mais um milhão e meio, só de juros. Dividido pelo valor do televisor, daria mais 3 mil televisores. É verdade? Então, o seguinte: está provado o suborno, está provada a corrupção, está provado que poderíamos economizar, sim. Poderia ser aplicado o dinheiro, comprado mais 3 mil televisores, não colocando os descontos por comprar um grande volume.

Quero dizer que a partir do início dos nossos trabalhos teremos o televisor símbolo da corrupção, na sala da Liderança da Oposição. E teremos um demonstrativo em todo o estado do Paraná. Vamos reunir os professores, vamos mostrar aos professores para que cada vez que os professores vejam esse televisor laranja na sala de aula, vejam que ali tem corrupção e que há muito tempo venho debatendo nisso, sendo muito chato, mas agora está comprovado com notas fiscais e com o televisor mais bem equipado que o do Governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se à ordem do Dia.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Requerimento nº 3711, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, com apoioamento dos Deputados Artagão Júnior, Luiz Eduardo Cheida, Tadeu Veneri e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior, solicitando a transformação da Sessão Ordinária do dia 12 de dezembro de 2007, em Comissão Geral de Plenário para a discussão e votação dos Projetos de Lei nºs 781 e 811/07, Mensagens nºs 050 e 054/07. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

(Assentimento)

Gostaria de, antes de votar esse requerimento, requerer que fosse votada a inversão total da pauta da Ordem do Dia, proposta por diversos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não recebi esse requerimento!

É esse que está chegando?

Está em votação o Requerimento nº 3733, de autoria do Deputado Ademar Traiano, com apoioamento do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente, solicitando a inversão total da pauta da Ordem do Dia, da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.**

Está feita a inversão, vamos continuar com a votação do requerimento de diversos Srs. Deputados requerendo a transformação da Sessão Ordinária em Comissão Geral. Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria apenas de fazer uma solicitação à Mesa, porque analisando a Ordem do Dia temos o projeto que será discutido na sequência, o item 13 da pauta, do Deputado Artagão de Mattos Leão. Só que aqui estão os pareceres favoráveis da CCJ e da Comissão de Finanças, mas não há, pelo menos nesse que eu recebi aqui nos anexos, não há os pareceres. Acredito que ninguém tem os pareceres. Só estou colocando isto antecipadamente, Sr. Presidente, porque no momento oportuno vamos obviamente, inclusive, fazer um questionamento, uma vez que esse projeto está determinando funções à Secretaria, o que é absolutamente inconstitucional.

Só estou lembrando, porque quando formos votá-lo acho que era preciso que tivéssemos esses pareceres.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, queria perguntar a V. Exa. se já estão definidas as Sessões, até quando vão, segunda, terça, o senhor poderia nos informar, amanhã a Sessão seria só pela manhã, para nos organizarmos?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeito. Teremos a Sessão de hoje, uma Sessão Extraordinária, amanhã teremos a Sessão normal, às 10h00, segunda normal e terça normal, até que consigamos votar o orçamento.

Ofício s/nº subscrito pelo Deputado Carlos Simões, constante do expediente, comunicando sua ausência das Sessões Plenárias no período de 04 a 18 do corrente mês, por estar em repouso, conforme atestado médico. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 387/07, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Estado da Segurança Pública, a criação de Subdelegacia da Polícia Civil nos distritos de Londrina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Mesa Executiva, constante do expediente. Em discussão.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Peço que V. Exa. coloque em votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não, estou pedindo apoio dos Srs. Deputados.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, é que a Comissão de Orçamento, amanhã, às 9h vai analisar o parecer e se V. Exa. quiser colocar amanhã na Sessão, podemos votar amanhã cedo já, em primeira, a constitucionalidade do orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3737, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, com apoio dos Deputados Ale-

xandre Curi, Luiz Carlos Martins, Beti Pavin e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação da Sessão Ordinária do dia 13 de dezembro de 2007 em Comissão Geral de Plenário, para a discussão e votação do Projeto de Lei nº 681/07, que isenta os veículos emplacados no município de Guaratuba, da taxa para passagem do ferry-boat, de Guaratuba. **Recebido; protocole-se; decorrido o prazo regimental de 24 horas conforme artigo 107, incluir na pauta para deliberação. À Diretoria de Assistência do Plenário, para providências.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Deputado Ademar Traiano, acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1ª Discussão (Comissão Geral de Plenário)

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 811/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 054/07, que altera os dispositivos da vigência da lei orgânica do IPVA, e aprova tabela de valores venais para cálculo do referido imposto referente de 2008 (DETRAN). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 149/07, de 19/11/07, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 811/07

P A R E C E R :

I - Relatório

O projeto de lei acima ementado, de autoria do Poder Executivo, consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda, os quais foram apresentados pelo Sr. Secretário de Estado da Fazenda, por intermédio do Ofício nº 425/07/SEFA (Prot. nº 9.740.129-2/07), contendo a justificativa, artigo por artigo, onde estão demonstrados, com o necessário detalhamento, os aspectos de conveniência e oportunidade de que se reveste a medida.

É o relatório.

II - Da Fundamentação do Parecer

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Sr. Governador do Estado do Paraná, Chefe do Poder Executivo, estando, portanto, presente o princípio da admissibilidade.

O pleito governamental encontra supedâneo no inciso III do artigo 155 da Constituição Federal que reza:

Art. 155. Compete aos estados e ao distrito federal instituir imposto sobre:

III - propriedade de veículos automotores.

Diz ainda, o inciso III do artigo 53 da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas.

III - Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 04.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 811/07

Art. 1º A Lei nº 14260, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - O parágrafo 3º do artigo 9º passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º O não pagamento do IPVA no prazo legal implicará lançamento de ofício com exigência de multa e juros de mora, nos termos desta lei, observado o contido no artigo 16.”

II - O parágrafo 3º e o parágrafo 4º do artigo 11 passam a vigorar com a seguinte redação:

“§ 3º O pagamento do imposto poderá ser efetuado:

a) com redução de cinco por cento do valor devido, em parcela única, para pagamento no mês de fevereiro, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria da Fazenda;

b) sem redução do valor devido, para pagamento no mês de março, em parcela única, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria da Fazenda;

§ 4º Para fins do disposto no parágrafo 2º:

a) a falta de pagamento de qualquer das parcelas, no prazo estabelecido, não implicará perda do parcelamento, ficando as mesmas sujeitas ao acréscimo de multa e juros, cujo termo inicial será a data de vencimento de cada parcela;

b) vencido o prazo de pagamento da última parcela, e não tendo ocorrido o pagamento integral das mesmas nos prazos previstos, o saldo pendente de pagamento será acrescido de juros e multa, cujo termo inicial para cálculo dos valores exigíveis retroagirá à data de vencimento da primeira parcela que deixou de ser integralmente quitada.”

III - O parágrafo 6º do artigo 12 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 6º O crédito tributário objeto de parcelamento sujeitar-se-á, a partir do mês subsequente ao da sua formalização, a juros calculados sobre o saldo devedor.”

IV - O inciso II do parágrafo único do artigo 15 passa a vigorar com a seguinte redação:

“II - será aplicada sobre o valor do imposto.”

V - O artigo 22 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. Fica aprovada, nos termos do inciso VI do artigo 3º, a tabela de valores venais para cálculo do IPVA do exercício de 2008, que constitui o Anexo Único desta lei.”

Art. 2º Os débitos tributários decorrentes de fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, ocorridos até 31 de dezembro de 2000, ajuizados ou não, ficam dispensados de pagamento.

Parágrafo Único. O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 811/07

P A R E C E R :

O projeto que ora se analisa dispõe sobre o IPVA no estado do Paraná, trazendo alterações à lei orgânica deste tributo. Na Comissão de Constituição e Justiça o projeto inicial recebeu Emenda Substitutiva Geral, fazendo com que, em síntese, fosse menos modificada a lei ora em vigor no estado do Paraná.

Esta Comissão de Finanças tem por escopo analisar as proposições em seu viés financeiro, qual seja, analisando o real impacto às finanças de nosso estado a ser trazido pela transformação do projeto em lei cogente.

Analisando em linhas gerais o aspecto financeiro da proposta, tem-se a dizer o que segue: A redução do desconto para pronto pagamento, na ordem de 15 para 5% e de 5 para 0% nos meses de fevereiro e abril, respectivamente, não traz qualquer comprometimento para a economia paranaense. Ao contrário, deverá ocorrer aumento de arrecadação. Assim, não existe impacto a ser analisado neste particular ponto.

No restante da proposição, vista de um modo geral, inexistem da mesma forma, problemas que acarretem um estudo pormenorizado ou mais detalhado, sob pena de redução de arrecadação ou receita. A simples leitura do texto do Substitutivo leva-nos a tal constatação, asseverando a legalidade e o amoldamento do texto que se pretende aprovar aos requisitos legais.

Assim, por todo o exposto, percebe-se que não existe impacto econômico-financeiro que possa desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/00), bem como demais disposições que resguardam as finanças do estado do Paraná. Em face destas aceções, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 12.12.07.

(aa) EDSO STRAPASSON - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

Então, com a pauta invertida, o item 17, vamos votar em 1ª discussão, na forma do substitutivo geral o Projeto de Lei nº 811/07, na forma do substitutivo geral.

A Mesa consulta se há necessidade da leitura do substitutivo geral.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. abrisse a inscrição para votarmos o substitutivo geral. Queremos dar encaminhamento, ou melhor, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em discussão.

Primeiro orador inscrito, Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria, em primeiro lugar, antes de dar o encaminhamento, quero cumprimentar V. Exa., quero cumprimentar o Deputado Alexandre Curi e, especialmente, prestar a minha homenagem à equipe de som desta Casa, que na última semana, consideravelmente, melhorou! V. Exa. está percebendo que não estamos aqui alterando a voz porque temos um bom retorno, uma boa qualidade de som. Eu, como fui sempre aqui um grande crítico, até quando fui 1º Secretário, às vezes até pelo meu instinto italiano, sempre tive um desentendimento com os servidores do som, mas quero aqui reconhecer, tenho visto aqui em plenário o chefe do som, que melhorou consideravelmente! Os Srs. Parlamentares que ainda não fizeram uso da tribuna vão fazer e observar o quanto melhorou a qualidade do som!

Obrigado, meus parabéns pela atitude e pelo respeito dos servidores aos Parlamentares para que pudéssemos aqui falar.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos agora votando o substitutivo geral e é importante os Srs. Parlamentares se aterem ao que estamos votando. Já ganhamos uma grande batalha, porque se não tivéssemos - quando digo nós, entendam todos aqueles Parlamentares imbuídos do propósito de não ter mais aumento de carga tributária, se naquele dia em que de uma brilhante idéia de um dos nossos Pares da Oposição e do grupo independente surgiu a sugestão que trouxéssemos para o Plenário um painel onde os Srs. Parlamentares assinassem assumindo o compromisso que não votariam favoráveis a qualquer momento, certamente não estaríamos celebrando a vitória

no dia de hoje! Mas não estamos comemorando a vitória completa, precisamos de mais uma vitória: o Governo, de uma forma maquiavélica, retira o desconto de 15%. Ao retirar o desconto de 15% e passar para 5% está retirando 10% de desconto e penalizando aqueles paranaenses que pagam o IPVA antecipadamente. Pelos nossos cálculos, este aumento de receita aproxima-se de R\$ 40 milhões. Não é pouco dinheiro, não! Não é algo que tenha que ser votado aqui no afogadilho, na pressa e que tenha esse aumento substancial de receita, porque se há aumento de receita, há também o bolso do paranaense sendo atingido.

Esse substitutivo tem uma outra armadilha: ele retira o desconto de 5% para pagamento até o mês de março, retira, zera! Então, o que eu quero pedir aqui, se é que ainda tenho direito de pedir alguma coisa depois de um ano de tanta luta dos Srs. Parlamentares, queria pedir aos senhores: há um compromisso nosso de votarmos contra tudo que viesse para esta Casa de aumento de impostos e esse substitutivo não nos engana! Naturalmente houve melhoras, não há aquelas taxas abusivas, por exemplo, a carteira de motorista aumentava 230%, 12 mil paranaenses por mês, aumentando 230%, seriam 12 mil paranaenses sendo atingidos!

Conseguimos essa vitória, conseguimos não ter aumento do IPVA, mas de uma outra forma estamos deixando atacar em 10% o desconto dos bons pagadores e de outro lado estamos, sim, premiando aqueles que não pagaram em dia. No Brasil há este costume. Às vezes, quando vejo aqui aprovando projetos de lei que concedem perdão de multas, que concedem perdão aos maus pagadores, fico me perguntando por que alguns paranaenses pagam em dia e não têm esse benefício.

Quero ressaltar o posicionamento definitivo dos Deputados que exerceram e que exercem Oposição nesta Casa. Votaremos contra o substitutivo, porque o substitutivo também não significa aquela brutalidade, mas significa aumento de impostos. Por esta razão, não ao substitutivo, vamos a luta, vamos ao trabalho. Temos alguns minutos. Parlamentares que estão aqui, levaremos ao conhecimento da população, infelizmente ainda não chegou a TV, ela chega na terça-feira, e certamente se a TV estivesse aqui hoje, muitos... Deputado Batista quero a sua atenção, foi apreciado na CCJ um projeto seu onde V. Exa. pede a isenção para as motos de 125 cilindradas. Hoje o apreciamos na CCJ, por isso contamos com o seu voto, porque estamos lutando contra o aumento de impostos. Contamos com a sua presença em plenário e com o seu voto, porque o seu voto é fundamental e decisivo. Quando formos votar o seu projeto aqui na Casa, a Oposição estará de plantão votando com o senhor. E Maringá certamente espera o seu voto contra este aumento de impostos e contra este substitutivo.

Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Segundo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Quero discutir esse substitutivo geral da seguinte forma: fazendo uma correlação ainda com os televisores. Se vamos gastar mais dinheiro do que deveríamos com os televisores, se tivéssemos comprado os televisores com o preço de mercado que está hoje vigorando, não precisaria aumentar imposto no IPVA. Vão dizer: “Mas não tem nada a ver uma coisa com a outra”. Tem sim, porque é dinheiro público. A população já está acostumada, quando paga em dia o IPVA tem um desconto de 15%. Quando tem o desconto de 15% significa que sobra no bolso daquele que paga à vista. Agora, que o Governo está propondo é que este desconto venha para 5%. Ou seja, ele quer ficar com mais dinheiro do bolso do paranaense nos cofres públicos.

Não consigo concordar e quero aproveitar e pedir aos Srs. Deputados que, ao votarem o substitutivo votem não, para que não tenhamos esse aumento de imposto sobre o processo produtivo. Aí podem dizer: “Mas não é sobre o processo produtivo, é só para quem tem carro”. A pessoa que tem um carro para se locomover - e costuma se dizer que um carro é igual a família, tem um custo diário, custo diário de manutenção, de combustível - se na hora de pagarmos o imposto, porque quando reduz o desconto aumenta o imposto, temos que ter uma posição clara contra.

Queria deixar claro o meu posicionamento, que quando for a hora da votação desse substitutivo vou votar contra. Ou seja, quero votar em sintonia com o que pensam os paranaenses. Conversei com várias pessoas na minha região, ouvindo da população, desde o mais simples até aquela pessoa que tem mais informação e todos foram unânimes contra a redução do desconto que está sendo proposta pelo Governo do Estado do Paraná aqui no IPVA, assim como a população é contra o imposto da saúde, a CPMF, porque o Governo promete melhorias e mais melhorias, aumenta os impostos, reduz os descontos e não cumpre aquilo que prometeu.

Se conversarmos com os governistas, eles dizem que não está precisando aumentar a arrecadação, que está bom!

Como disse o Deputado Valdir Rossoni, já foi uma vitória da população a retirada do tarifaço. Poderá ser ainda maior essa vitória se os Deputados não deixarem ser aprovado esse substitutivo geral que reduz os descontos, porque quem vai perder com isso é a população.

Já que o Governo diz que não está precisando de mais dinheiro, não precisa gastar muito na hora de comprar televisor. Pode economizar nos cargos de confiança, tem muita coisa que o Governo poderia fazer para não aumentar os impostos.

Era isso que eu queria encaminhar: pedir o voto daqueles que representam a população para votar não nesse projeto e satisfazer aquilo que é a essência do nosso estado que é o povo do Paraná.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Marcelo Rangel.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, cidadãos do Paraná.

Estou aqui na tribuna nesta tarde para discutir esse substitutivo geral. Temos uma batalha dura pela frente, Srs. Deputados de Oposição. Não vai ser fácil! Vai ser extremamente difícil. Tomara Deus que alcancemos a vitória ainda nesta tarde.

Já conseguimos um bom avanço. Conseguimos uma primeira grande vitória ao retirar o projeto na sua essência. Esse substitutivo também não poderá ser votado assim, sem uma análise mais aprofundada. Foi o que eu fiz nesses últimos dias, analisei muito o substitutivo e cheguei à conclusão que realmente vai receber o meu voto contrário. Sou contra esse substitutivo pelo seguinte motivo.

Srs. Deputados, senhoras e senhores: sabem quanto o Governo vai arrecadar com a redução do desconto do IPVA? Exatamente R\$ 31 milhões! Essa vai ser a arrecadação para o próximo ano, acabando com o desconto do IPVA para aquelas pessoas que são assíduas, aquelas pessoas que gostam de pagar em dia, aquelas pessoas que são Caxias. Pois bem! O Governo, com esse substitutivo geral, vai acabar prejudicando essas pessoas e fazendo muitas vezes o que muitas empresas de má fé, mal intencionadas fazem hoje no comércio: enganam os consumidores, não dão desconto à vista, porque é preferível, vantajoso, preparar uma armadilha para pagar parcelado.

O Governo na verdade está privilegiando os inadimplentes. Tanto é que no próprio projeto existe a previsão da remissão dos inadimplentes que não efetuaram o pagamento do IPVA até o ano de 2000.

Ou seja, aqueles que não pagaram suas contas, não vão mais precisar pagar, segundo esse substitutivo geral. Aqueles que levam tudo à risca, gostam de pagar no dia, na hora, no vencimento, esses serão os mais prejudicados.

Então, dá impressão que aquela máxima que algumas pessoas falavam antigamente de que as contas velhas não se pagam mais e as contas novas deixam ficar velhas, está prevalecendo aqui no estado do Paraná.

Então, sou contra. E principalmente porque R\$ 31 milhões, que é o que o Governo vai arrecadar para o próximo ano, não serão investidos em saúde, não serão investidos em segurança, não serão investidos em rodovias. Sabe onde o Governo do Estado do Paraná vai investir estes 31 milhões que eles estão pretendendo arrecadar com este substitutivo geral que estaremos votando dentro de instantes? Eu vou lhes dizer: em propaganda! Porque é exatamente este valor que uma emenda coletiva dos Parlamentares da Assembléia Legislativa ao orçamento prevê: o aumento de 30 milhões para o ano que

vem, que é um ano de campanha política, um ano eleitoral, 30 milhões para publicidade e propaganda!

Então, quer dizer, quem é que vai pagar propaganda do ano que vem? São aquelas senhoras e senhores, aquelas pessoas assíduas. Esses é que vão pagar a propaganda do ano que vem. E mais, senhoras e senhores, como não temos uma lei transparente, ainda, em vigor, no estado do Paraná, todos sabemos que estes 30 milhões arrecadados aqui por este substitutivo, com a redução do desconto do IPVA, com certeza serão distribuídos de uma maneira muitas vezes estranha, para beneficiar campanhas eleitorais.

Vou votar contra e encaminho, pelo PPS, também, a nossa intenção de votar contra o substitutivo geral, justamente porque acredito que este valor, este dinheiro arrecadado pelo Governo não será bem aplicado. Tanto é que vou votar contra a emenda coletiva ao orçamento. Eu já há muito tempo estou manifestando minha opinião aqui na tribuna a respeito dessa emenda de 30 milhões a mais para propaganda no ano que vem, e acredito que o Governo está tentando achar um jeito, uma manobra, alguma coisa para conseguir esse dinheiro que será aplicado em outro setor, principalmente nesta Secretaria, que é tão estranha.

Era isto o que eu tinha para falar.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Valdir Rossoni, a Oposição conseguiu um grande feito no estado do Paraná, quando o Governador do Estado enviou para a Assembléia Legislativa 3 mensagens: uma, do IPVA; outra, a taxa do DETRAN; e a outra, ao imposto sobre *causa mortis* ou doação.

O Governador anunciou, no dia 30, do mês próximo passado, a retirada das 3 mensagens. E para surpresa nossa, na segunda-feira da semana seguinte, dia 3 e dia 4, já foi votado na CCJ um substitutivo ao projeto do IPVA, o qual estamos discutindo neste momento. As outras duas mensagens, ao menos existe o anúncio da retirada, oficialmente, nos parece que não tem chegado a esta Casa. Mas, acho que foi uma conquista da sociedade, ao menos, este recuo por parte do Governo do Estado e que não tenhamos o tarifaço no Paraná, graças à mobilização da Oposição, que embora pequena, mas nessa a Oposição se agigantou, no tarifaço os Deputados conseguiram mobilizar a sociedade e diversas entidades já haviam encampado a luta contra o aumento dos impostos no estado do Paraná. Mas, o que aconteceu com o IPVA?

Estranhamente vem o substitutivo e propõe uma redução do desconto que os proprietários de veículos no nosso estado já estavam acostumados, seja neste Governo ou nos Governos anteriores. A bem da verdade é que a última lei, que está em vigor agora, é de 2003, e é lógico

que ano após ano houve algumas alterações, mas sempre obedecendo os prazos legais estabelecidos pela legislação. Mas, o que estamos questionando neste momento? Por que reduzir o desconto do IPVA?

Reduzir o desconto de 15 para 5%, não tenho os números e não sei se algum dos Deputados tem o número de quantos proprietários de carros no estado do Paraná faziam o pagamento à vista, mas você reduzir o desconto de 15 para 5% é aumentar o IPVA em 10%. Esse é um dos fatores, e um segundo fator que o Governo do Estado também está propondo é fazer com que se implante no nosso estado uma anistia de impostos ou de algumas ações já ajuizadas ou não, impostos referentes sobre a propriedade de veículos gerados até 31 de dezembro de 2000.

Então, quer dizer que quem está devendo IPVA nos últimos 7 anos para trás está isento, independente se esse débito está ajuizado ou não. Anistia geral! E aí levantou V. Exa., Deputado Valdir Rossoni, com muita propriedade: qual é o benefício para o bom, para o cara que paga em dia, o cara que é justo e que gera os impostos e tributos? Nenhum!

Quer dizer, vamos instituir uma anistia e vamos beneficiar, sendo que alguns talvez não conseguiram pagar até por problemas financeiros, mas outros talvez não pagaram porque não queriam pagar: “Ah, não vou pagar, não vou sair com o meu carro, vou deixar o carro na garagem!” Sei lá o que está acontecendo, mas essa pessoa não precisa pagar o imposto e será beneficiada através desse substitutivo. E é por essa razão que nós, Deputados da Oposição e eu em particular, vamos votar contra esse substitutivo, porque quem é o Governo hoje, quando Oposição na época, lembro-me muito bem que o parcelamento do IPVA era em 9 vezes e foi implantado pelo ex-Governador Jaime Lerner no início do seu mandato e foi durante o mandato que o Governador Jaime Lerner reduziu o número das parcelas, de 9 para 6 parcelas - se não me falha a memória - e também reduziu ou antecipou o pagamento à vista, que quem podia pagar à vista podia pagar em março ou abril e antecipou para fevereiro. Sei que quando essa mensagem veio para cá, quem é Governo hoje era Oposição na Assembléia, e aí, meu Deus do céu! Faltou tempo para os discursos, não tinha tempo suficiente para os Deputados que eram Oposição na época, e os senhores lembram muito bem dessa passagem, quem era Deputado naquela época, lembram muito bem o quanto nós sofremos. Eu em particular, na minha cidade, teve panfletos espalhados na cidade: “Esses são os Deputados que anteciparam o pagamento do IPVA, esses são os Deputados que não sei o quê”. E agora, o que vamos fazer? Estamos discutindo. Não precisamos, Deputada Rosane, nem fazer isso, porque o Governador já entendeu os Deputados da Oposição e retirou as mensagens do tarifaço.

Esta é uma vitória da Oposição na Assembléia Legislativa. E isso dá para deixar dito com todas as palavras, quando o Deputado Waldyr Pugliesi, o Deputado

Valdir Rossoni, eu não estava aqui Deputado, desculpe, acho que foi um elogio até para V. Exa. e para o Deputado Valdir também, citá-lo como Waldyr Pugliesi, eu estava em Brasília participando de uma reunião da Comissão da Agricultura sobre direito à propriedade. Naquela terça-feira, se fez aqui um painel dizendo quem é contra o tarifaço. Mas eu, no dia seguinte, lá de Brasília falei: põe meu nome, eu chegando assino imediatamente. E o painel ficou aqui exposto, rodou no Paraná inteiro através dos jornais, se mostrou no Paraná inteiro pela televisão, e acho que aí o medo também pegou para os Deputados que são da base do Governo e começaram a recuar.

Isso aqui é um desgaste, não podemos votar com esse tarifaço, não. E infelizmente o Governador, entendendo a Oposição, entendendo o clamor da sociedade do Paraná, espero que o mesmo aconteça no dia de amanhã no Senado da República e que não se prorogue também a CPMF, porque o povo brasileiro está cansado de pagar impostos, a carga tributária representa 40% do PIB, e aqui no Paraná não podemos estar na contramão, temos que estar em sintonia com aquilo que a própria população deseja.

Por essa razão, votamos contra essa redução no desconto do IPVA, e que seja mantida a lei de 2003, que dá exatamente os 15% de desconto para os proprietários de veículos e que também não anistia os maus pagadores, ou aqueles que deixarem de pagar o IPVA.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Último orador inscrito, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa.

Primeiramente gostaria de responder à questão que o Deputado Elio Rusch levantou, porque ela é importante nesta fase que estamos discutindo a constitucionalidade do substitutivo do Deputado Nereu Moura, que foi aprovado na CCJ, muito embora com apenas 2 votos, mais foi aprovado, em relação a um substitutivo de minha autoria que pretendia corrigir essa distorção. O que o Deputado Elio Rusch pediu é: quantos carros pagam antecipadamente? Mais de 60%. Portanto, a maioria paga antecipadamente. Isso vai significar uma perda de benefício para o contribuinte.

É nesse sentido que argumentei na CCJ, fomos votos vencidos, os 5 Deputados que nos acompanharam no voto separado era a parte que o Deputado Nereu Moura contemplou, subtraiu o aumento da alíquota, perfeitamente, não poderia se aplicar o aumento da alíquota antes de 90 dias da entrada em vigor da lei. Como a Lei do IPVA entra em vigor no dia 1º de janeiro, não haveria tempo hábil, esse aumento só valeria para 2009. E é importante frisar, Deputado Chico Noroeste, que tanto a mensagem do Governo quanto o substitutivo do Depu-

tado Nereu Moura não estão criando uma nova Lei do IPVA, estão alterando alguns dispositivos da lei de 2003.

Portanto, tudo aquilo que não está se alterando continua em vigor da maneira que está publicada a lei de dezembro de 2003. A segunda parte que o Deputado Nereu Moura não contemplou, também é inconstitucional. Qual é a segunda parte? É a redução de 15% para 5%. Isso configura uma perda do desconto para o contribuinte. Indiretamente, vai aumentar o valor que ele paga. Desde 2004 já é aplicada essa regra no estado do Paraná. O STF já se pronunciou sobre essa matéria, por isso que justifico. O artigo 150 da Constituição Federal, que é o que prevê a anterioridade.

Qualquer modificação, em conjunto ou isoladamente, que aumentar o valor a ser pago pelo contribuinte, não pode ser aplicada se a lei não for anterior a 90 dias.

Então, é inconstitucional essa parte do substitutivo. Por isso, encaminho contrariamente, porque afronta o artigo 150. Independente da forma utilizada para majorar qualquer tipo de tributo, o preceito constitucional não especifica qual modo, poder direto ou indireto.

Vale dizer que toda modificação legislativa, que é justamente o que estamos fazendo aqui, que de maneira direta ou indireta implicará em carga tributária ou pagamento maior a que ter a eficácia no ano subsequente e com anterioridade de 90 dias.

Vou encaminhar contrário ao substitutivo do Deputado Nereu Moura, mas se for vitorioso, nós do bloco já apresentamos uma emenda retirando essa parte da diminuição do desconto, porque retirando essa parte, fica valendo a regra da Lei nº 14260, que é a Lei do IPVA.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o projeto, na forma do substitutivo geral aprovado pela CCJ e pela Comissão de Finanças.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Para Encaminhar**)

Gostaria de lembrar aqui, porque muitas vezes temos que lembrar como as coisas acontecem.

Na época que foi estabelecida a antecipação da cobrança do IPVA no Governo Jaime Lerner, o maior argumento da base governista era dar um desconto maior para quem fizesse o pagamento à vista.

Pois bem, a Bancada de Oposição, na época, liderada pelos peemedebistas, encaminhava com veemência o voto contrário à antecipação do IPVA, dizendo o seguinte: nem mesmo o desconto poderia justificar aquela decisão do Governo de então.

Relembrando, o que aconteceu? Foi aprovado, recebemos um veemente protesto no estado do Paraná, onde ocorreram manifestações, onde foi feito um panfleto com o nome dos Deputados que votaram pela antecipação do IPVA com o seguinte discurso na época: quando nós voltarmos ao Governo, a primeira determinação que

teremos com relação a essa questão do IPVA é de novo fracionarmos o IPVA, para que as pessoas paguem conforme o emplacamento e não numa data unificada, conforme aprovado por esta Casa, naquele momento. Pois veja bem: hoje não se discute mais a volta ao sistema antigo, se fez a organização da cobrança através de um momento, de uma lei onde estamos pagando até hoje desta forma que aí está.

Não vou discutir o restante do substitutivo porque, sinceramente, nem me aprofundei no restante do substitutivo, até porque ele vem sanar os problemas que tinha o projeto original, mas no substitutivo tem um item que, na minha opinião, é o principal deles: ele diminui o desconto para quem fizer o pagamento à vista do IPVA. Quanto significa isso? Não sei, mas o Deputado Reni, agora há pouco, acabou de colocar aqui, que mais de 60% dos nossos contribuintes pagam à vista o IPVA. Então, isto vai, obviamente, ter um impacto para todos os paranaenses que vão fazer o seu pagamento à vista, razão pela qual encaminho contrário à votação e deixo registrado o meu voto.

Com a benevolência de V. Exa., pude fazer este encaminhamento. agradeço imensamente e deixo registrada a nossa posição.

Obrigado!

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Nobre Presidente Nelson Justus, nossa querida futura Prefeita Beti Pavin, Deputado Pedro Ivo.

A nossa intenção é acompanhar a posição da Bancada da Oposição, sendo contrários a esse substitutivo, que não passa de um grande “ferro” no nosso povo. É bom lembrar, Sr. Presidente, começando pelo próprio funcionalismo público estadual, que não teve 10% de aumento salarial. Quando se corta 10% de vantagem para quem pagar à vista, significa nada menos, nada mais que o IPVA está tendo um aumento no bolso do povo de 10%. Esse substitutivo aprovado, esse aumento do IPVA, quer dizer, a eliminação ou a redução do desconto, vai causar não traumatismo craniano, mas vai causar, com certeza, o traumatismo no bolso de quem tem automóvel.

Tem muitos que têm automóvel e, muitas vezes, não têm dinheiro para colocar gasolina. Estão colocando gasolina fiado, no cartão de crédito, com cheque pré-datado, só Deus sabe a situação de empobrecimento, de miséria e de dificuldade que o nosso povo está atravessando. Nobre Deputado Romanelli, amoleça o coração! Vote a favor do povo! Pelo amor de Deus, Romanelli! Romanelli, com essa tranquilidade, com esse sorriso. Eu não sei se o Romanelli está sorrindo com a festa que o Governo vai fazer com mais 12 milhões no caixa. O Deputado Romanelli poderia estar até chorando aqui. Eu lhe empresto um lenço para enxugar as lágrimas se V. Exa. demonstrar respeito ao nosso povo.

Deputado Romanelli, é um traumatismo, não craniano, no bolso, e vai judiar.

O Deputado Waldyr Pugliesi é muito intelectual e usa umas expressões que preciso pegar o dicionário. Traduzindo tudo, o Governo está “ferrando”, “ferrando” feio. Presente de Natal de grego, meu Deus do céu, para quem tem automóvel. Quanta gente está com aquele automóvel que tem até que empurrar, pegar no tranco. Tem gente que não tem condições de trocar o seu automóvel. Volto a repetir que estamos vivendo um momento de empobrecimento.

Por isso, Sr. Presidente, voto com a nossa Bancada de Oposição. Está a Bancada do Governo fazendo festa, tem maioria. Quero ver cada Deputado voltar para a sua base, meu Líder Duílio Genari. Como é que vão olhar olho a olho os eleitores para poder justificar essa medida desumana, que vem prejudicar o já judiado e furado bolso do nosso povo brasileiro.

Senhoras e senhores da Bancada do Governo, nobre Deputado Dobrandino, também em respeito ao nosso povo, vote contra o substitutivo.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem?

(Assentimento)

Responder ao meu amigo Belinati. Ele se refere que as pessoas não tem dinheiro para colocar gasolina no carro. Como é que vão pagar o IPVA? Desculpe-me, mas essas contradições me dão vontade de sair correndo da Casa, porque não é possível ouvir tanta besteira!

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Tem muita gente pendurando a conta no posto, Sr. Presidente. Se o nobre Deputado Dobrandino quiser, vamos dar um giro com ele, para ver como o povo está com a corda no pescoço.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero lembrar aos Srs. Deputados que não cabe aparte durante o encaminhamento.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Douglas Fabrício.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Quero encaminhar voto contra o aumento do IPVA, porque veja, Deputado Romanelli, quando você reduz o desconto, você está dando um aumento para o povo. Esse presente de Natal o povo não merece. Seja para o pobre ou para o rico, para quem for, porque se der o desconto, aquela pessoa que tem o dinheirinho guardadinho na poupança, pode ir lá, pagar à vista e ganhar o desconto. Se o Governo acaba com o desconto, prejudica a população.

Eu conversava com alguns jornalistas ainda há pouco. Perguntei: você tem carro? E ele disse: “Não, o meu carro foi roubado um dia desses.” Perguntei para o outro se ele tinha carro: “Não, meu carro foi roubado.”

Concluí que estamos com um problema sério de falta de segurança também no Paraná, porque o que estão roubando de carro, inclusive aqui dos nossos jornalistas. É gravíssimo! Se o Governo não está cuidando da nossa segurança, fizemos uma Audiência para tratar disso!

Então, temos o problema do aumento de imposto que o Governo está propondo hoje. Temos o problema dos televisores laranjas que o Governo pagou um rio de dinheiro. Segundo o Marcelo Rangel, com esse aumento de IPVA aqui, vai dar para arrecadar mais R\$ 30 milhões. Se fosse comprar, daria para pagar os televisores, que são mais 40 mil televisores se fosse comprar com esse dinheiro. O que é pior, na educação, fazendo uma correlação com esse aumento de imposto, compra televisão cara, não oferece segurança para a população e está com falta de aulas no ensino público, por falta de professores.

Por fim, acho que no IPVA, esse desconto que o Governo está reduzindo, está retirando, é um aumento de imposto. Vou votar contra, ou seja, vou votar em sintonia com a população, que é contra o aumento de imposto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao Deputado Plauto Miró.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero deixar aqui registrada a posição dos Democratas, que tanto na esfera federal quanto aqui no estado do Paraná é contra o aumento de impostos. E vamos votar contra o substitutivo que está elevando o valor do IPVA no estado do Paraná. Essa é a nossa posição, a minha posição.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Encerrada a discussão, vai se proceder a votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Pedi para discutir, agora posso encaminhar?

(Assentimento)

Vejam o seguinte: vi aqui o Deputado Dobrandino pela primeira vez se irritar. Deputado Dobrandino, não fuja, V. Exa. tem o nosso respeito, mas essa irritação não é da sua pessoa.

Só vou dar um exemplo aqui nesta Casa: hoje o Presidente Nelson Justus pediu apoio dos Srs. Parlamentares para um aumento aos servidores desta Casa. Se não me falha a memória não chega a 4%, 3%. Vejam o seguinte: quero dizer aos servidores desta Casa que os senhores receberão 3% de aumento do Governo. Se vocês tiverem um carrinho, vai por a mão no bolso de vocês em 10%. Imaginem, nós, o povo do Paraná, certamente os servidores desta Casa também estavam torcendo, o Governo ainda se irrita quando falamos que estão colocando a mão no bolso do paranaense em 10%. Você recebe 3% suado, brigado, com esforço da Casa, com muito esforço. Aí o Governo acha que temos de cair de

joelhos aqui e dizer amém! Pode aumentar que não tem problema.

Tem problema, sim. Há um aumento e, Deputado Belinati me permita fazer uma correção do cálculo de V. Exa., se como disse o Deputado Reni Pereira, 60% dos paranaenses pagam o IPVA à vista; a arrecadação do IPVA, no mínimo, será de 800 milhões, 60% são 480 milhões que serão pagos à vista. 10%. Por isso, na minha conta não está acrescido ainda do aumento da frota dos veículos que entrarão no mercado a partir de janeiro. Para que os senhores tenham uma idéia, o ano de 2007 teve um aumento da frota de carros paranaenses, de 7%. Este ano de 2008 certamente não será menor. Então, acrescento ao aumento de receita mais o aumento da frota. Se retirarmos os 10% que estão retirando, mais os 5% de pagamento até março, mais o aumento da frota, vai ultrapassar 1 bilhão de receita do DETRAN pelo IPVA. Não estamos mexendo com centavos, não estamos mexendo com pouco dinheiro; estamos mexendo, sim, com a economia do estado.

Por esta razão, quero dizer aos Srs. Parlamentares: requeri à Mesa, até em cima do discurso do Deputado Zucchi, Pato Branco e o sudoeste do Paraná está muito bem representado, V. Exa. veio com uma retórica aqui que me fez crer que V. Exa. cada vez mais representa bem o sudoeste. Por que não usarmos tudo o que V. Exa. contou do passado, para usarmos agora nesses 10%? E já estão se irritando.

Por esta razão, Sr. Presidente, vamos permanecer aqui até tarde da noite, encaminhando nossas emendas. Certamente, poderemos ser vencidos, mas há ainda um pingão de esperança.

Veja, Deputado Edgar Bueno, o Deputado Batista, por exemplo, acredito que vai votar favorável com a Oposição. Por que? O Deputado Batista tem na CCJ um projeto isentando as motos de 125 cilindradas - é objeto da emenda dos Deputados da Oposição.

Então, ainda acredito na vitória, ainda acho que não terá este aumento de 10%, ainda acredito que muitos Parlamentares que poderão amanhã estar num panfleto, numa placa, num jornal pelo seu voto aqui, porque a hora que estiver votando favorável a este substitutivo, tenha certeza que 10% V. Exa. está tomando do povo paranaense.

Outro dia eu estava numa reunião com 50 pessoas e fiz o seguinte cálculo, Deputado Carli: peguei uma calculadora na hora e fiz uma pergunta naquela reunião: quanto o senhor pagaria de IPVA? Tanto, tanto. Comecei a fazer a conta. Só naquela pequena reunião, que era um jantar de amigos de confraternização, dava ali R\$ 44 mil de IPVA, só naquela reunião de amigos, 27% chegava quase a R\$ 10 mil que nós Parlamentares, naquele ato corajoso daquele painel, talvez até poderia ter sido diferente, mas foi no ímpeto de querer induzir, levar o voto não àquele tarifaço. Apenas numa reunião, R\$ 10 mil, imagine se fôssemos calcular em cima 1 bilhão, 27%, são R\$ 270 milhões que os paranaenses estariam pagando.

Uma vitória já teve. Espero que agora o Deputado Dobrandino, os Parlamentares, o Deputado Batista, todos aqueles que estão aqui vendo a luta, vendo as explicações, vendo aqui o nosso encaminhamento entendam - ora, o que está acontecendo com o Legislativo? Você vê o Senado, o povo não respeita mais, que era uma instituição respeitada, você vê o Congresso Nacional, uma instituição que goza de pouco respeito da população. Por que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná não dá um grito de independência: não ao Substitutivo? Este seria o grito que certamente receberíamos do Papai Noel, não o presente, mas o melhor presente que você pode receber de um ser humano: é encontrar o cidadão na rua, ele te olhar de frente e dizer: "Este é o meu Deputado", e dar um sorriso de amigo, de cordialidade e de calor humano. É isto que quero buscar na rua, o calor humano, a fraternidade, a amizade e o respeito da população.

Por isto, Srs. Deputados, Deputado Elio Rusch que me ajudou tanto no exercício da Liderança da Oposição neste ano, V. Exa. foi um companheiro que jamais vou encontrar nesta vida pública, certamente estamos em busca do respeito. Vamos dar um grito de independência e certamente o Governador vai dizer que o Paraná tem um Legislativo forte, tem uma personalidade firme, tem Deputados valentes, corajosos, e ele vai ter muito cuidado quando quiser mexer com o bolso dos paranaenses novamente.

Obrigado.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) (Para Encaminhar)

Deputado Rossoni, não estou irritado. O que me irrita muitas vezes, eu sou democrático, quero que V. Exa. preste atenção, Deputado Rossoni, a discussão é importante. E eu sei, na verdade, que a Oposição está no seu papel. Perfeitamente e natural o discurso de V. Exa. de ser contrário. Esta é uma Casa democrática e aqui está para isto.

Agora, entramos num debate sem consistência, me desculpe, é duro de assistir.

E quando vejo aqui a delação do Deputado Antonio Belinati, que eu falei, ele argumentando que a pessoa não tem dinheiro para colocar gasolina, não, me desculpe, Belinati, este discurso não cabe. E olha, o desconto por exemplo, que V. Exas. estão irritados, Deputado Rossoni, a sua caminhonete que V. Exa. pode pagar a vista, como a minha também, nós pagávamos antecipado, com desconto, vamos perder os 10%. V. Exa. aplica o dinheiro no banco e vá pagando quando vence. Então, o indefensável é aquele pequeno que não tem dinheiro, esses não estão prejudicados. V. Exa. está defendendo aqui aqueles que podem pagar! Me desculpe, essas contradições às vezes me irritam!

Claro, nós que podemos ter um carro novo, pagar à vista, então aplique o dinheiro! Agora, e os pequenos, como citou o Belinati? Eles não têm dinheiro para pagar, agora esses são indefensáveis. Agora, imagino que este

defensor está querendo que permaneça o desconto para aqueles que podem comprar um carro e ir lá trocar. Então não é, Deputado Belinati, Deputado Valdir Rossoni, não é tão coerente assim, não! O Governo não deixou se aumentar o IPVA de 2,5 para 3, tem estado que é 4% e agora apenas está diminuindo a taxa para aqueles que poderiam, que podem ou queiram pagar a vista.

Entendo a posição dos nossos Deputados de Oposição. Eles estão na deles, têm que ir para a mídia, isso é natural, mas na verdade o Governo não está errado e tenho que trazer as minhas convicções a público também, porque não concordamos!

Obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, gostaria de fazer um encaminhamento rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Me perdoe Deputado Rangel, só se for favorável.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Não, não é favorável, sou contra...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Contra já encaminharam os Deputados Augustinho Zucchi, Belinati, Douglas Fabrício e Sr. Rossoni.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Então, questão de ordem.

Vou fazer uma pergunta a V. Exa.: O substitutivo não tem a previsão do impacto financeiro? Gostaria de saber se algum Deputado governista tem essa informação: se o substitutivo geral ao projeto apresenta ou não um estudo de impacto financeiro, porque existe remissão. Se não existe um estudo de impacto financeiro ele é inconstitucional. A remissão é porque na verdade os contribuintes que não pagaram o IPVA até o ano 2000 não vão mais precisar pagar, então tem que ter estudo de impacto financeiro.

É uma questão de ordem que faço à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não é uma questão de ordem necessariamente, mas vou responder a sua questão: não cabe impacto financeiro nessa questão, em hipótese alguma! Não se está apresentando nenhum gasto excessivo do Governo, portanto ele não vai despender nenhum recurso. Então, não há necessidade do impacto financeiro, me perdoe. V. Exa. poder perfeitamente declarar o seu voto.

Vamos votar agora o requerimento do Deputado Valdir Rossoni para que seja aberto o voto.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Vou votar contrário, porque 5 Deputados já manifestaram voto contrário e eu não vi nenhum pronunciamento que, de repente, me causasse dúvidas a respeito do

meu posicionamento. Nenhum pronunciamento da base governista vai modificar o que eu penso a respeito desse substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos votar. Em votação o Requerimento nº 3735, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Douglas Fabricio, Elio Rusch e demais Srs. Deputados, constante do expediente solicitando votação nominal para o Projeto de Lei nº 811/07. Rejeitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Estamos votando apenas o requerimento do Deputado Rossoni, solicitando votação nominal...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Sr. Presidente, é legítimo e regimental o pedido de verificação de votação, mas houve um entendimento entre Situação e Oposição de que faríamos votação nominal. Para que esse acordo seja cumprido, para que nós continuássemos nessa relatividade e concordância na condução dos trabalhos, senão vou me sentir culpado junto aos Srs. Parlamentares de Oposição, porque eu fui interlocutor dessa discussão, do entendimento.

Coloco isso para que o Deputado Romanelli reflita e entenda que colaboramos com o entendimento e espero a colaboração dele.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Questão de Ordem**)

Com o devido respeito ao Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, cada Deputado que se manifestar, ele naturalmente poderá fazer o registro do seu voto. Mas não fizemos acordo nenhum. Todos os Parlamentares desta Casa sabem, eu os cumpro rigorosamente. Não fiz acordo para ver votação nominal nessa votação.

Por isso, estou encaminhando contrário ao requerimento de votação nominal nessa votação. Se tivesse feito acordo, cumpria. O Deputado Valdir Rossoni sabe que quando faço acordo que eu cumpro.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Também não vejo razão nenhuma para tamanha discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Peço a V. Exa. para encaminhar o requerimento. Deputado Elio Rusch, Deputado Douglas, vamos encaminhar o requerimento para que todos entendam perfeitamente. É claro que todos já entenderam, mas a partir de agora há obstrução.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos votar o requerimento!

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Vou encaminhar o requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Questão de Ordem**)

Deputado Valdir Rossoni já perdeu a oportunidade. Estou na verificação de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Questão de Ordem**)

Então nem a verificação de votação cabe, então já votou Sr. Presidente. Está aprovado ou eu tenho direito a encaminhar?

O Deputado Romanelli foi tão afoito a não cumprir o acordo que ele pediu antes de V. Exa. anunciar o resultado. V. Exa. não anunciando o resultado eu tenho o direito de encaminhar, senão vamos nos socorrer das notas taquigráficas. V. Exa. interrompe a Sessão, vamos buscar nas notas taquigráficas e V. Exa. vai observar que não anunciou o resultado. Ao não anunciar o resultado...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Questão de Ordem**)

Desculpe, V. Exa. anunciou aprovado e eu pedi verificação de votação. Estou atento ao processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não vejo necessidade alguma de requerer as notas taquigráficas. Vou mais além, não vai haver prejuízo algum. V. Exa. com a experiência que tem sabe perfeitamente como nominar aqueles que votaram a favor e aqueles que votaram contra. Não precisa ter a chamada nominal.

Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento queiram levantar-se:

Dezoito Srs. Deputados aprovam o requerimento.

Vinte e quatro rejeitam o requerimento. Está **rejeitado** o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

A pedido dos meus Pares, para que registrássemos, até porque a partir de agora começa a se firmar uma posição contra o meio tarifaço, contra o tarifaço e a favor do requerimento: Deputados Duílio, Carli, Elio, Zucchinho - Zucchi, Luiz Carlos Martins, Traiano, Plauto, Durval Amaral, Antonio Belinati, Rangel, Chico Noroeste, Jocelito Canto, Edgar Bueno, Praczyk, Deputada Rosane, Deputado Reni Pereira. São os 18 Deputados que votaram favoráveis à transparência da Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

O senhor me perdoe, mas preciso voltar a fazer a questão de ordem, porque trata-se de renúncia tributária, de remissão fiscal, precisava existir o estudo do impacto financeiro, porque muitos projetos, inclusive de minha autoria, foram reprovados porque não existia o estudo de impacto financeiro e precisamos apresentar esse estudo senão será um projeto inconstitucional que estaremos apresentando aqui.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, em 30 segundos, só para dizer ao Deputado Marcelo Rangel se ele acha inconstitucional, ele pode votar contra o projeto e está resolvida a questão. É a forma que o Parlamentar deve e pode se manifestar, Exa.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) **(Pela Ordem)**

Fui o Relator na Comissão de Finanças, deste projeto, e uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Minha posição aqui em Plenário quanto à constitucionalidade, acredito neste Parlamento, nas palavras. E na Audiência Pública que fizemos, o Líder do Governo nos informou que aumentou - e de fato, aumentou, isto é visível - em torno de 10% a frota de veículos no Paraná, do ano passado para este ano. Conseqüentemente, este aumento suporta a remissão e suporta, inclusive, as emendas que foram apresentadas e serão debatidas na sequência em relação à renúncia de receita de motos.

Então, 10% de veículos novos significa muito mais do que esta renúncia de alguns valores fracionados, de 10 anos atrás. Até para justificar, porque eu fui Relator na Comissão de Finanças.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) **(Pela Ordem)**

Agora, sim, Sr. Presidente. Agora eu escutei um pronunciamento que justifica a minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai-se proceder a votação. Os Deputados que aprovam, em 1ª discussão, o substitutivo geral, na forma do projeto, permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai-se proceder a verificação de votação.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

Solicito chamada nominal para se proceder à verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Solicito à Deputada Beti Pavin que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Beti Pavin)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

Sr. Presidente, 41 Deputados presentes, com o Deputado Artagão.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas)

E a segunda chamada?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Há quórum suficiente para o prosseguimento da Sessão. Temos 41 Deputados.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

É que chegaram Deputados durante a chamada e sempre de costume é feita a segunda chamada. Teríamos evitado se a votação fosse nominal, porque daí não haveria necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vou solicitar à Sra. 1ª Secretária que proceda à segunda chamada.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Beti Pavin)

(Procede à segunda chamada dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quarenta e dois Srs. Deputados presentes na Sessão. Solicito que V. Exas. ocupem seus lugares. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. **Aprovado.**

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) **(Pela Ordem)**

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder à verificação de votação.

Os Deputados que forem contrários queiram levantar-se. Dezoito Srs. Deputados.

Os Deputados que forem favoráveis queiram levantar-se. Vinte e quatro Srs. Deputados. Está **aprovado** o projeto.

O SR. ELIO RUSCH (Partido Democratas) **(Pela Ordem)**

Presidente, só quero registrar os Deputados que votaram contra a diminuição do desconto do IPVA. Deputados: Elio Rusch, Augustinho Zucchi, Douglas Fabrício, Marcelo Rangel, Antonio Belinati, Valdir Rossoni, Luis Carlos Martins, Ademar Traiano, Duílio Genari, Durval Amaral, Plauto Miró, Ribas Carli, Edgar Bueno, Jocelito Canto, Chico Noroeste, Pastor Edson, Reni Pereira e Rosane. Dezoito.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

1ª Discussão

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 798/07, de autoria do Deputado Péricles de Mello, que declara de utilidade pública a Associação “Oca - Organização Culturarte” com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 146/07, de 12/11/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 798/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Péricles de Mello, declara de utilidade pública a Associação “Oca - Organização Culturarte”, com sede e foro no município de Curitiba, Paraná. Trata-se de uma Associação Civil, sem fins lucrativos, que dentre os demais objetivos principais, visa estimular e desenvolver o pleno exercício da cidadania através da educação cultural e ambiental para melhorar a qualidade de vida da população e integrar comunidades.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, e 12816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Desta forma, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 732/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de utilidade pública o Clube de Idosos Sempre Alegre, com sede no município de Missal e foro na comarca de Medianeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 131/07, de 16/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 732/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declara de utilidade pública o Clube de Idosos Sempre Alegre, pessoa jurídica de direito privado, sem fins econômicos, de caráter filantrópico, organizada para a prestação de serviços sócio-comunitários, culturais e recreativos, sem cunho político ou partidário, com finalidade de atender todos a que a ela se associem, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor e crença religiosa, com sede e foro no município de Missal e foro na Comarca de Medianeira.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 706/07, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que declara de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva Nipo Brasileira Tomonokai ACENB, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 122/07, de 01/10/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 706/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, declara de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva Nipo Brasileira Tomonokai ACENB, com sede e foro no município de Londrina. Trata-se de uma associação civil, sem fins lucrativos, que dentre as demais finalidades, tem por objetivo representar os reais interesses da família junto à associação promovendo atividades sócio-cultural, educativa, desportiva e lazer contribuindo, dessa forma, para a interação.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pelas Leis nºs 8589/87 e 12816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 10.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 272/07, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe que o Secretário de Estado da Fazenda parcelará os pagamentos dos créditos líquidos e certos a que o estado tenha direito, nos termos da presente lei. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **(Publ. no DA nº 030 /07, de 17/04/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 272/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto teve parecer inaugural sugerindo a baixa em diligências para que a Secretaria da Fazenda e a Procuradoria Geral do Estado se manifestassem sobre o aspecto financeiro e jurídico, respectivamente. No dia 10 de agosto de 2007 foram enviados aos órgãos acima citados cópia do projeto. Ocorre que, decorridos praticamente 4 meses não houve resposta alguma. Sendo assim, frente a inércia dos órgãos concitados a emanar opinião técnica, o projeto foi novamente posto em pauta para votação nesta Comissão de Constituição e Justiça.

Do objeto material

Cumpre, antes de mais nada, dizer que o aspecto da competência já foi abordado no parecer inicial, sendo que esta foi considerada lúdica para o tema proposto.

Passa-se agora para a análise do objeto material. Este resume-se ao parcelamento de créditos, a serem concedidos pelo Poder Executivo, excluídos os referentes à tributos, posto já existir legislação específica sobre estes. Nesta traça, é de se dizer que as informações técnicas seriam úteis para que se avaliasse o impacto financeiro da proposta. Como não houve manifestação qualquer, é de dizer que o projeto neste particular, merece aprovação.

Acerca do momento para concessão deste parcelamento, não existe óbice a estabelecer um prazo exato, destes créditos. Assim, pode o Parlamentar definir este momento. Indo além, este permissivo, ou opção dada para que haja parcelamento em até 24 vezes tratará um estímulo ao pagamento, porque em muitas vezes o devedor não reúne condições de pronto pagamento e mais, vê-se diante de execuções fiscais, que podem comprometer o prosseguimento de empreendimentos que pretendem atuar consoante a lei.

No que atine ao aspecto da técnica legislativa, uma vez mais inexiste óbice à aprovação do presente projeto, visto que a regulamentação da LC 095/98 foram integralmente cumpridas.

Conclusão

Pelo exposto, o parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 10.12.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 272/07

P A R E C E R :

O projeto epigrafado dispõe sobre o parcelamento de créditos, excluídos os de natureza tributária, junto ao estado do Paraná.

Esta comissão, por determinação regimental, deve analisar as proposições pelo aspecto financeiro, cumpre

dizer, se o projeto trará impacto aos cofres estaduais, de modo a prejudicar o bom funcionamento outrora planejado.

Pois bem, com espeque nessa atribuição regimental, é de se dizer que o presente projeto não trará impactos financeiros aos cofres estaduais, posto que se trata de parcelamento, não de renúncia. Em outras palavras, não se está recusando receita, mas apenas dilatando o prazo e a forma de quitação. Com vista nisso, fica claro que o estado do Paraná receberá a quantia de modo integral.

Esta premissa tem ainda o condão de expurgar eventuais dúvidas sobre o descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, repisando-se que não há renúncia de receita, mas apenas e tão somente parcelamento. Ainda nesta trilha de entendimento, o que poderá ocorrer é o incremento de arrecadação, evitando ainda custosas execuções judiciais. Ora, em se ofertando possibilidade mais ampla de pagamento, espera-se que o índice de quitação será maior, por não comprometer, de modo direto, a economia do devedor. Parece ser um significativo passo rumo a uma cobrança amigável e com custo reduzido, finalidades que merecem o apoio do Poder Legislativo, por oportunizar uma situação benéfica tanto aos devedores como ao credor, consubstanciado no estado do Paraná, no caso concreto.

Pelo exposto e mais, pelo respeito aos mandamentos constitucionais e legais afeitos à seara financeira é que o parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 12.12.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

Em discussão. Em votação.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Para discutir Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, Deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI (PT) (Para Encaminhar)

Primeiro, não recebemos os pareceres do projeto que está aqui.

Solicitei ao autor se concordaria em retirar por uma Sessão, se é possível sanar a inconstitucionalidade. Sabemos que não podemos criar obrigação para o Secretário, determinar o que o Secretário deve fazer. Isso está no artigo 166 da Constituição Estadual.

Da forma como está, não é necessário que sejam mandadas mensagens para esta Casa quando houver necessidade de parcelamento. E não sabemos quantos são os municípios, ou se são pessoas físicas ou jurídicas. Mas ainda, diz o projeto que o parcelamento, se feito a pedido do devedor, estarão dispensados honorários advocatícios da PGE.

Fico pensando que há uma inconstitucionalidade flagrante nesse processo. Não podemos dispensar honorários

advocáticos: não podemos dizer que o Secretário poderá parcelar a dívida. E não podemos fazer um projeto que propõe o parcelamento de dívida, sem sabermos quantos são os municípios, ou as pessoas jurídicas ou físicas que poderão futuramente vir a serem beneficiadas por esse projeto.

Faço um apelo para que o autor retire por uma ou duas Sessões, para que possamos encontrar uma solução. Mesmo com o parecer favorável, o artigo 166 da Constituição Estadual não permite que determinemos ao Secretário o que ele deve ou não fazer.

Muito Obrigado!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Respondendo o Deputado Tadeu Veneri.

Por uma falha da minha assessoria, não havia recebido o parecer sobre o Projeto de Lei nº 272/07.

Tenho que reconhecer que, à primeira vista, me saltava aos olhos que o projeto fosse inconstitucional. Mas há parecer aqui, que foi encaminhado à Liderança do Governo pelo Chefe da Casa Civil, Rafael Iatauro, da lavra da Procuradoria Geral do Estado, onde assina um Procurador que elaborou. Assina o Procurador-Chefe da Procuradoria Fiscal e assina a Procuradora-Geral do Estado, Josela Nogueira Proliane.

Pareceres favoráveis porque se tratam de créditos não tributários e, também, por parte da Secretaria da Fazenda, da Inspeção Geral de Tributação, há parecer favorável com pelo menos uma, duas, três, quatro assinaturas de técnicos, de chefes, enfim, da Coordenadoria da Receita do Estado. Então, quero dizer que, em relação ao projeto do Deputado Artagão, os pareceres emitidos pelos órgãos competentes são absolutamente favoráveis ao projeto.

Eu também tinha essa impressão, Deputado Tadeu Veneri - vou lhe fornecer uma cópia - mas efetivamente os pareceres são conclusivos e absolutamente favoráveis. Também quero dizer que nosso encaminhamento é favorável. Agora, o Deputado Artagão de Mattos Leão Júnior poderá, como autor da proposição, sanar as dúvidas dos Srs. Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar, Deputado Artagão de Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, este projeto, em que pese o nosso interesse, como de todos os Parlamentares, em facilitar as coisas do nosso estado, facilitar a administração pública, facilitar para o consumidor, tem gerado algumas controvérsias.

Foi justamente este projeto o motivo daquela solicitação de anexação do Deputado Waldyr Pugliesi, que trata de uma questão, na minha visão, afim inserida dentro do meu projeto de lei, muito embora pontuado de forma bastante específica pelo projeto do Deputado

Waldyr Pugliesi. Quero lamentar, Presidente, que este parecer que chegou às mãos da Liderança do Governo, em agosto, Deputado Durval Amaral, Presidente da nossa Comissão de Constituição e Justiça, parecer que chegou às mãos da nossa Liderança do Governo, em agosto, não chegou às mãos da CCJ, não chegou às mãos do nosso Relator para que ele pudesse ter essa orientação e esse embasamento a mais para a sua manifestação, conforme pode atestar o nosso Deputado Relator Reni Pereira.

É importante frisar, também, Deputado Nelson Justus, nosso Presidente, que existe uma confusão muito grande neste projeto, inclusive uma emenda modificativa sugerida por mim, autor do projeto, em agosto ainda, que não foi encaminhada ao projeto por uma questão de desencontro de informação, mas que ela justamente corrige, Deputado Tadeu. Gostaria que o nobre Deputado...

O SR. TADEU VENERI (PT)

É que ela não consta, Deputado Artagão.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Exatamente, mas está aí no projeto.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Tem que pedir para retirar por uma Sessão para poder colocar isso.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Não, deixa eu lhe explicar. Está no projeto. Ela não está aqui, mas está no projeto, conforme...

O SR. TADEU VENERI (PT)

Não está porque...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta emenda não foi votada? Não foi apreciada?

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Não, o parecer do Relator é em cima da emenda, inclusive fala na questão do parcelamento em 24 vezes.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Doze vezes.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Pois é. É isso que estou lhe explicando, nobre Deputado. Essa correção é necessária porque houve uma falha na tramitação dessa questão como um todo. O senhor tem razão em algumas considerações feitas, mas existe já essa emenda modificativa corrigindo algumas dessas ponderações. Está ali no projeto.

O parecer do nobre Relator Reni Pereira na Comissão de Constituição e Justiça já faz referências ao parcelamento de 24 vezes e não de 12, conforme inicial que V. Exa. observou, e os pareceres da Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria de Fazenda dão conta, justamente,

da possibilidade da competência deste Parlamentar em encaminhar o projeto de lei e da condição que o estado tem, justamente, de fazer o ajustamento das suas ações em face desse projeto de lei, que ora é apresentado. Então, existe a retaguarda legal, existe uma emenda modificativa já protocolada em agosto.

Como eu disse, o nosso projeto foi protocolado em abril e só hoje está chegando a pauta. Foi encaminhado em agosto para a Secretaria da Fazenda e infelizmente a Comissão de Constituição e Justiça não recebeu parecer. Parecer esse que foi recebido pela Liderança do Governo, por solicitação da Liderança do Governo, anterior ao encaminhamento da Comissão de Constituição e Justiça. Existe de fato uma polêmica, mas existe o amparo legal, a retaguarda legal e os preceitos legais necessários para a tramitação do projeto. Nada impede que eventual correção na visão do Tadeu Veneri, após a apresentação ou mesmo do projeto, possa ser feita a partir de uma emenda pontual do Parlamentar. Não existe, em momento algum, qualquer óbice legal, conforme o entendimento da nossa assessoria jurídica, da Comissão de Constituição e Justiça e conforme os pareceres apresentados aqui da Comissão da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Não quero estabelecer um debate com o Deputado Artagão, mas eu faria apenas uma solicitação. Não sei se o Deputado Artagão concordaria em retirar por uma Sessão, para incluir, porque é um absurdo que votemos um projeto, que o próprio autor diz que há uma emenda, mas essa emenda não consta no projeto. Como é que vamos votar um projeto, que há uma emenda, Deputado Romaneli, dito agora pelo autor, mas que não consta no projeto e não sabemos que emenda é essa? Acho que não prejudica em nada se retirarmos por uma Sessão, votarmos amanhã com essa emenda.

Deputado Reni, o senhor que fez o parecer, talvez conheça a emenda, mas não posso votar um projeto que não conheço a emenda que não foi feita, porque vou estar votando uma coisa - o Deputado falou em 24 meses, na verdade o projeto fala em 12 meses.

Volto a insistir que não quero atrapalhar o projeto do Deputado Artagão. Acho que tem mérito. É preciso que saibamos, para não dar nenhum ruído depois dessa votação, que saibamos pelo menos que emenda é essa, o que estamos acrescentando e como essa emenda está chegando, porque de uma forma ou de outra, o artigo 66 da Constituição continua dizendo que não podemos determinar funções ao Secretário de Estado. Não sei exatamente, mas me parece que não há como, é um processo que não tem como corrigir sem que o projeto seja retirado e corrigido, porque estaremos votando uma emenda que não conhecemos, em um projeto que diz que um Secretário tem que ter funções. Cria uma confusão de tal tamanho!

Acho que o Deputado Artagão tem a melhor das boas vontades, mas aqui, por exemplo, não diz que são créditos de municípios.

Não sou a pessoa mais indicada, do ponto jurídico, para fazer isso. Apenas do ponto de vista político estou argumentando que esta Casa tem todo o direito de votar e aí obviamente a maioria vai determinar, mas é contraditório votarmos um projeto, com uma emenda que não conhecemos. Acho que não atrapalha. Teremos várias Sessões amanhã, na segunda-feira. Faço mais uma vez um apelo para que possamos pelo conhecer a emenda para votarmos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O Deputado Artagão tem a palavra.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Gostaria de fazer a leitura desta emenda. Deputado Tadeu Veneri, vou acatar a sua sugestão. A emenda está no projeto desde agosto. O parecer do Relator, do Deputado Reni Pereira, foi feito em cima da emenda. Quero fazer a leitura da emenda e vou acatar, muito embora o Deputado Rossoni esteja fazendo acordo para votar com ele, sem ler o projeto. Vou acatar a sugestão do Deputado Tadeu Veneri, para que possamos fazer amanhã a votação, se o nobre Presidente assim confirmar. Mas o erro não foi deste Parlamentar. O projeto infelizmente vem morosamente tramitando e não necessariamente por falha desta Casa, que foi encaminhado em agosto em diligência. Não houve a resposta da diligência, muito embora uma consulta similar tenha sido feita pela Liderança do Governo, acerca do mesmo projeto, mas a Comissão de Constituição e Justiça não recebeu este parecer. Mas em face de algumas ponderações, inclusive do nosso ex-Deputado Zé Maria sobre esse projeto, fizemos alguns ajustes, através desta emenda, que na sua súmula diz: **(Lê súmula)**

E assim por diante. A principal alteração está inserida nesse artigo 1º. O artigo 2º diz que o parcelamento poderá ser concedido em até 24 meses. O que difere do início que falava em 12 meses. Inclusive, sugestões algumas baseadas numa nova avaliação jurídica que foi concedida.

A observação do Deputado Tadeu Veneri é procedente, sim, face àquilo que ele estava lendo, um projeto que estava copiado na nossa pauta, muito embora exista esta emenda modificativa já muito anterior a toda essa tramitação que, infelizmente, não por falha deste Deputado, mas por alguma questão interna, em alguma etapa acabou não sendo levada da forma devida na comissão ou em qualquer momento que seja. De qualquer forma, acato a sugestão para evitar maiores polêmicas e amanhã...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Veja, Deputado. A intenção é que votemos da maneira mais clara que todos tenhamos ciência daquilo que estamos votando. A intenção de V. Exa., sem dúvida

nenhuma, é aprovar o projeto ainda este ano. Então, vamos remendar o que não está correto, principalmente no que diz respeito à emenda, e vamos votar esse ano. **Retirado o projeto, para que possam ter ciência dessa emenda.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, me permita, não é uma questão de ordem, acredito que o Deputado Artagão, espero que tenha se expressado não com a intenção de me ofender, eu estava aqui com o Deputado Tadeu Veneri e com o Deputado Plauto e dissemos a ele, até para não retardar a votação, uma proposta para retirada ou um requerimento, se não houver acordo, que nós votamos. Essa é uma liberdade que temos de propor aos Parlamentares. V. Exa. se referiu que eu, sem ler o projeto, estava propondo.

Ora, V. Exa. tem acompanhado e tem sido um belo Parlamentar, tem participado da CCJ e V. Exa. tem visto a participação desse cabelinho branco na CCJ e nas comissões, em Plenário, um guerreiro.

Gostaria que V. Exa. me desse o tratamento que lhe dou. Tenho um grande respeito pela sua atuação como Parlamentar, mas não admito que faça avaliações sobre a minha atuação. Desculpe-me, mas fiz a proposta para agilização dos trabalhos. Obrigado, me desculpe, mas é sempre este o meu procedimento.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB)

Sr. Presidente, por gentileza. De fato eu entendi uma manifestação do Deputado Rossoni. Se não foi esta manifestação e houve falha da minha parte, acho que o homem é grande justamente quando reconhece o seu suposto erro. Se houve uma falha de minha parte, peço desculpas em público. Evidentemente que fiz aquela posição e a faria novamente se a vossa manifestação tivesse sido naquele sentido, mas, como não foi, faço publicamente o pedido de desculpas.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só queria perguntar a V. Exa. se esse projeto entrando amanhã, do Deputado Artagão, poderão ser feitas emendas na 2ª votação, que eu vou emendar isto por uns 24 meses, que fica mais fácil para o povo pagar, vou pagar, vou passar para 40, então.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

2ª Discussão

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 781/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 050/07, que altera a redação do artigo 1º da Lei Estadual nº 14233 de 26 de novembro de 2003. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 781/07

Art. 1º Fica modificado o § 3º do artigo 1º do projeto de Lei nº 781/07, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

§ 3º A construção das unidades residenciais mencionadas no *caput* ficará sob a responsabilidade da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.”

Sala das Sessões, em 27.11.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Apoioamento:

Waldyr Pugliesi, Luiz Eduardo Cheida, Beti Pavin e Teruo Kato.

Como está em Comissão Geral de Plenário, encaminhando a emenda ao Relator, Deputado Caíto Quintana, para que proceda à leitura do parecer do referido projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB)

(**Lê parecer**)

É o parecer favorável à emenda modificativa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em votação o parecer exarado pelo Relator, Deputado Caíto Quintana. Deputados que aprovam, permaneçam como estão.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (PRB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, apesar de já ter dito o que vou falar agora na Comissão de Constituição e Justiça, estou encaminhando pela rejeição do mesmo, porque entendo que não deveremos votar algo que está lincado diretamente com um orçamento que já passou, de 2004, Sr. Presidente.

Ora, se já foi devidamente apreciado pelo Tribunal de Contas, então não deveria se trazer à tona uma alteração dessa natureza, que já foi apreciado pelo Tribunal de Contas, e além do mais, no corpo do projeto está bem claro - salvo as disposições em contrário - ou seja, não posso mexer mais no projeto.

Então, não entendo, Sr. Presidente, o porquê esta proposição está sendo insistentemente votada, não sei o porquê, não sei, Sr. Presidente.

Outra coisa que me causa estranheza, embora seja mérito, é que o recurso saiu da pasta da Secretaria do Meio Ambiente, do IAP, especificamente para aquisição de uma área para formação de uma parque ambiental que agora questionasse a realização de construção de moradias que é para outra pasta.

Então, me parece muito confuso esse tipo de mudança, daí a razão de tantas estranhezas e de tantos paradoxos que eu encaminho contrariamente, encaminhando pela rejeição dessa proposição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o que me chama a atenção é que esse projeto está com a minha assessoria jurídica, existe uma emenda apresentada pelo Deputado Romanelli aguardando o parecer da emenda. Inclusive, Sr. Presidente, resumindo, eu fui Relator quando o projeto deu entrada nesta Casa. Veio para votação, recebeu uma emenda do Deputado Romanelli, voltou para meu gabinete como Relator da emenda. Eu pedi para a minha assessoria jurídica fazer o estudo, esse estudo já está sendo feito há uma semana, provavelmente no início da semana que vem eu terei as dúvidas esclarecidas. Então, me causa estranheza que o projeto está em pauta, se ele está comigo, está com a minha assessoria jurídica! Houve um equívoco no meu entender, tanto é que na Sessão de hoje da CCJ foi acordado e eu pedi adiamento para apresentar o parecer!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, para esclarecer aos ilustres Pares, ontem quando apresentamos o requerimento para poder estabelecer Comissão Geral colocamos dois projetos: o do IPVA e dessa questão que envolve a construção de 69 lotes das famílias que serão realocadas justamente do Haras Tamandaré. Sinceramente, o projeto é absolutamente regular eu já disse isso na CCJ e esta Casa me ouça, por favor, me ouçam, por gentileza! Este projeto constou erroneamente uma vinculação de recursos do IAP para construir essas unidades habitacionais quando não podia, por isso apresentei na mensagem uma emenda porque a fonte de recurso tem que ser do Tesouro, fonte 00, e não vincular a um convênio com o IAP. É para fazer a realocação, única e exclusivamente. Está em Comissão Geral, o que peço é que a nossa bancada vote o parecer do Deputado Caíto Quintana e que possa votar, em 2ª discussão, o projeto.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Romanelli, peço o equilíbrio que V. Exa. sempre teve aqui. Esse projeto foi objeto da CCJ hoje, o Deputado Luiz Carlos Martins pediu ao Presidente da CCJ que adiasse porque ele não tinha condições de dar o seu parecer. O Presidente da CCJ concordou, o Deputado Romanelli estava na CCJ, poderia ter alertado a CCJ que isto era objeto do requerimento da transformação em Comissão Geral, não o fez!

Quero dizer que me sinto impedido de votar nesse projeto porque o acordo feito é que a transformação em Comissão Geral seria para o IPVA, este é o acordo firmado entre a Liderança da Oposição, o Presidente desta Casa, o 1º Secretário e todos os Líderes! Este projeto, intempestivamente, está na Ordem do Dia. Para que se reestabeleça aqui todo o acordo firmado o projeto tem que sair da pauta, permanecer na CCJ até que o Deputado Luiz Carlos Martins dê o seu parecer e aí será votado.

Se o Deputado Romanelli quer contribuir, vejam, faz mais de meia hora que estamos aqui discutindo e não avançamos, daqui a pouco vão começar a se irritar quando começarmos a questão das emendas do IPVA, por quê? Vão dizer que estamos retardando a votação. O Deputado Romanelli retira, o projeto deixa de ter a tramitação normal na CCJ. V. Exa. coloca o ano que vem em votação e nós concordamos. Agora, de forma nenhuma ele pode ser votado hoje, sobre esta dúvida, Que se manifeste o Presidente da CCJ se não é verídico o relato que fiz aqui a V. Exa.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (Questão de Ordem)

Sr. Presidente, apenas para corroborar, tanto é que na Sessão da CCJ eu fiz alguns questionamentos, porque não tinha feito ainda o meu parecer e porque o projeto estava com minha assessoria jurídica. O projeto não está aqui neste Plenário. Se algum Deputado pedir para verificar o projeto, ele não está aqui. V. Exa. não vai ter como entregar.

Tanto é que fiz alguns questionamentos e o Líder do Governo, Deputado Romanelli, me entregou aqui, inclusive colorido. Primeira página: as casinhas. Nós não somos contra, pelo contrário, somos a favor da moradia para a população mais carente. Ele trouxe aqui até a situação poligonal do Jardim São Lucas, proposta, tem tudo direitinho. Tem aqui Jardim São Lucas, Almirante Tamandaré, investimento previsto que não consta do projeto de R\$ 2 milhões. Área do terreno: 73 mil 902m². Total de lotes: 69 unidades. Total de lotes habitacionais: 66 unidades. Total de unidades 127. São 33 casas, 62 sobrados e 32 casas geminadas. Esses questionamentos nós fizemos hoje, na CCJ, e aquela comissão merece todo respeito, partindo do próprio Presidente da Comissão, Deputado Durval Amaral, que tão bem conduz aquela comissão. Todos os integrantes dessa comissão merecem respeito.

Não estou dizendo que com essa atitude eles estão sendo desrespeitados. Mas, o projeto está com a minha assessoria jurídica, como é que ele pode estar em votação nesse instante? Foi acordado hoje CCJ, inclusive, por solicitação do Presidente Durval Amaral solicitando a mim que apresentasse esse parecer até na próxima segunda-feira ou então devolvesse para que ele nomeasse um outro Relator.

Tenho certeza, Sr. Presidente, que as minhas dúvidas já foram solucionadas e atendidas. É uma prerrogativa que temos.

Então, o que é que estamos fazendo aqui? Espero que tenha havido um equívoco.

O SR. DURVAL AMARAL (Partido Democratas) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, só para que V. Exa. possa tomar a decisão que achar melhor. Com toda certeza, o Deputado Luiz Carlos Martins colocou aqui que o projeto que foi

colocado também pelos demais Deputados está em tramitação na CCJ. Ele retornou e já consta na pauta, constava na pauta no dia de hoje, o Deputado Luiz Carlos Martins usando do dispositivo regimental pediu adiamento para dar o seu parecer, foi adiado. Havia, inclusive, um requerimento de preferência assinado pelo nobre Deputado Romanelli para que o projeto fosse votado, mas o Relator da matéria foi muito categórico dizendo que não tinha condições, naquele momento, de dar o seu parecer. Fiz um apelo ao nobre Deputado, considerei o requerimento de preferência prejudicado nesse item. Fiz um apelo ao Deputado Luiz Carlos Martins para que, impreterivelmente, na próxima segunda-feira, ou ele relatasse se houve uma nova reunião da CCJ ou, não havendo, mesmo que não haja, para que ele devolva já com parecer assinado, o que foi prontamente atendido pelo Deputado Luiz Carlos Martins.

Ocorre porém, confesso, poderia ter conhecimento, mas não tinha conhecimento que este mesmo projeto é objeto da transformação do Plenário em Comissão Geral. Sou radicalmente contra a transformação do Plenário em Comissão Geral. Mas, aqui temos que obedecer ao “livrinho”. E o “livrinho” diz que a transformação do Plenário em Comissão Geral se sobrepõe, efetivamente, a todas às demais comissões. Por isso mesmo foi designado Relator o Deputado Caíto Quintana.

Então, para que V. Exa. decida, com total isenção. É o relato que eu queria fazer a V. Exa., para que tome decisão mais apropriada. Agora, estamos transformados em Comissão Geral, o projeto está na pauta, não vejo muita margem de manobra. Só este esclarecimento.

O Sr. Edson Strapasson (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, primeiro uma questão de ordem, em função da questão de ordem do Deputado Durval Amaral, é uma questão clara. O processo está numa comissão. Foi aprovado ontem na Comissão Geral com conhecimento ou não das comissões da Casa. Também deveria participar em outras comissões este projeto. Ele está em Comissão Geral e no nosso entendimento deve ser votado. E foi colocado em Comissão Geral exatamente pela urgência, pela necessidade de votarmos este ano e não somente pela necessidade da construção de 127 casas que serão construídas, mas, principalmente também na escola que vai utilizar a área que vai ficar reservada ao município. Será construída uma escola que há 4 anos funciona num prédio improvisado e é urgente a elaboração de um projeto, pela FUNDEPAR, para que possamos já no início do ano dar sequência, para atender 1 mil e 300 alunos que estão, hoje, em condições precárias.

Então, este projeto precisa ser votado este ano, Caso haja a resposta da questão de ordem a V. Exa., que ele será votado hoje, por questões regimentais, faremos este encaminhamento, caso contrário, precisa ter a urgência de votar na segunda-feira, na Comissão de Constituição e Justiça e também em outras comissões da Casa que porventura deva passar, para que possamos votar na semana que vem.

Aguardo de V. Exa. a questão de ordem, se votaremos hoje ou faremos o encaminhamento à Comissão de Constituição e Justiça

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente estou estranhando que este projeto já está em 2ª votação e nós estamos discutindo o quê? A constitucionalidade dele? Ah, sim, a emenda.

O que estou achando estranho é que até agora ninguém explicou nada, isto está passando meio batido. Queria ter uma explicação melhor, para saber o que é que estamos fazendo. Um fala uma coisa, outro fala outra. Quero votar o que for melhor. Só que não está explicado. O que é que vai ser feito? Estamos revogando uma lei lá de dois mil e não sei o quê. O que é, Presidente? Alguém precisa nos explicar, para não cometermos uma injustiça.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passo a decidir a questão de ordem solicitada pelo Deputado Edson Strapasson. Quero dizer que assim como o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Durval Amaral também sou radicalmente contra a Comissão Geral. Acho que a Comissão de Constituição e Justiça é a comissão mais importante desta Casa e seus membros discutem até à exaustão, às vezes, cada um de seus projetos.

Não posso também deixar de reconhecer a alta necessidade e urgência de se aprovar este projeto. É efetivamente muito importante, reconheço isto. Por outro lado, entendo a indignação de V. Exa. do Deputado Luiz Carlos Martins, que é o Relator do projeto, que se encontra com o projeto na reunião da CCJ. Hoje, fala-se a respeito do projeto pela urgência que tem e o projeto já está na Ordem do Dia.

No entanto, quero e peço a compreensão de V. Exas. de como encontro-o. O requerimento foi apresentado no dia de ontem e o Deputado Augustinho Zucchi, que presidiu a Sessão, informa-me que leu com riqueza de detalhes o requerimento na Sessão de ontem, solicitando Comissão Geral para o IPVA e para esse projeto de Almirante Tamandaré. Ora, não me restam - como diz o nosso Deputado Durval Amaral - muitas alternativas senão apreciar o projeto, até porque a Comissão Geral está acima da CCJ. Sinto-me com as mãos atadas! De repente digo: bom, vamos esperar o parecer do Deputado Luiz Carlos Martins, que não tenho dúvida nenhuma que será favorável, mas V. Exa. apenas precisou ter subsídios para fornecer o parecer. Estranha-me o projeto ser votado quando V. Exa. é o Relator. O ideal seria que V. Exa. também fosse o Relator na Comissão Geral.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Sr. Presidente, nem tanto ao prego, nem tanto ao martelo. Vamos encontrar um meio tempo, porque é bom que fique registrado aqui que estamos criando um precedente muito perigoso. Não por V. Exa., mas pelo procedimento me senti enganado, ludibriado, quando a minha

intenção era exatamente outra. E qual era a minha intenção? De buscar dados, tanto é que esses dados o Deputado Romanelli, elegantemente, trouxe-me aqui em Plenário. E quando olhei, falei: não tenho dúvida, o meu parecer é favorável, porque conheço aquela área e essa obra é da maior necessidade. Agora, Deputado Romanelli, coloque-se no meu lugar, sendo que eu saio daqui e V. Exa. se coloca aqui, o Deputado Nelson Justus sai da Presidência e se coloca no meu lugar! Que situação eu fico! O que vou justificar para mim mesmo? Que papel estou fazendo, quando não existe maldade de minha parte, mas, pelo contrário, pois existe boa vontade!

O Sr. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

E V. Exa. está coberto de razão. Com total razão.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Então, se estou coberto de razão, é como eu disse no início: nem tanto ao prego, nem tanto ao martelo. Vamos encontrar uma solução!

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, o senhor me permite?

Quero dizer que reconheço que assinei o requerimento de Comissão Geral e não me lembrava do número desse projeto, porque perguntei daqueles que eram mais urgentes do ponto de vista daquilo que era importante ser aprovado antes do recesso, o que fui verificar depois serem os projetos do IPVA e este. Efetivamente entendo que há por parte do Deputado Luiz Carlos Martins uma boa vontade, embora haja uma controvérsia em relação a esse tema por conta de um Parlamentar desta Casa, de quem eu respeito o seu posicionamento, tanto que quando fiquei sabendo que o projeto estava em Comissão Geral, fui buscar as informações e justamente as trouxe ao Deputado Luiz Carlos Martins, que penso serem aquelas que faltavam para o seu convencimento.

Agora, Sr. Presidente, de maneira nenhuma eu quis, em momento algum, desrespeitar o Relator Luiz Carlos Martins. A única questão que afirmo, não tenho nenhuma questão de vaidade ou coisa que o valha que possa me impedir de modificar de ser votado em Comissão Geral este projeto hoje, mas o único compromisso que preciso ter é que na segunda-feira possamos aprovar esse parecer, já que o Deputado já disse que é favorável. Que possamos votar esse projeto na segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Parabéns! Perfeitamente válido! O Deputado Luiz Carlos Martins tem toda razão de se sentir desrespeitado. V. Exa. não tem culpa e o cumprimento pela grandeza. Eu iria trazer essa sugestão.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

E com o maior prazer vou dar o meu parecer favorável, depois dos dados que o Líder do Governo me trouxe, até porque aquela gente lá merece.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O espírito natalino e o bom senso de V. Exas. Retirado por 01 (uma) Sessão o Projeto de Lei nº 781/07.

Requerimento nº 3736, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando a prorrogação da presente Sessão Ordinária pelo período de 02 (duas) horas. **Aprovado.**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Só queria destacar que o Papai Noel está por aí mesmo, porque o projeto apareceu, ninguém viu nada, saiu, voltou. Papai Noel está por aí mesmo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 716/07, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que dispõe sobre o parcelamento dos débitos não tributários, perante o Tribunal de Contas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Em discussão. Em votação. **Aprovado por unanimidade, artigo por artigo.** Em votação as emendas. Em discussão. Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.**

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (PMDB) (**Pela Ordem**)

Só registrar a abstenção na votação do projeto do item 11, por gentileza, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado. Deputado Artagão absteve-se de votar.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 695/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que denomina de Prefeito Paulino Stédile, o trecho da Rodovia PR-562, do município de Coronel Vivida até Honório Serpa. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 686/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o patrimônio de Gauchinha à sede do município de Planaltina do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 676/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 038/07, que altera a redação da Lei nº 14698/05, que autorizou a doação, à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, de dois imóveis localizados no município de Cascavel, os quais serão utilizados para fins de programa habitacional. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 652/07, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a rodovia que liga o Ramal 7 à Sede do Distrito de São José do Ivaí, no município de Santa Isabel do Ivaí. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 629/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/07, que fica transferido ao patrimônio do estado do Paraná, o imóvel situado na Av. Sete de Setembro, nº 891, esquina com a R. Francisco Torres, nesta capital, registrado sob matrícula nº 15137, da 3ª circunscrição de registro de imóveis da comarca de Curitiba. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.

Sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 629/07

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei 629/07, oriundo de Mensagem Governamental nº 034/07, que trata de transferência de imóvel de propriedade da SERLOPAR para o estado do Paraná, para acrescentar-lhe um novo dispositivo numerado como artigo 2º, renumerando-se como artigo 3º o artigo 2º da redação original da mensagem, conforme redação que segue:

“Art. 1º (...)

Art.2º Ficam extintos os cargos de provimento em comissão transferidos à Casa Civil através da Lei nº 14521/07.

Art. 3º (...)

Sala das Comissões, em 12.12.07.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, PLAUTO MIRÓ,
ELIO RUSCH, MARCELO RANGEL, DOUGLAS
FABRÍCIO E VALDIR ROSSONI.

JUSTIFICATIVA:

Se o Poder Executivo entendeu que deveria enxugar a máquina administrativa e extinguiu a SERLOPAR, por entender que a autarquia era incompatível com a sua

política de Governo, não se justifica manter os cargos comissionados a ela vinculados transferindo-os à Casa Civil para utilização futura.

Por outro lado, se já existia destinação e ocupantes para tais cargos, deveria o Poder Executivo ter justificado o fato e motivado seu ato, informando qual a função atribuída aos mesmos dentro da administração pública.

Importa lembrar que a administração pública é regida pelos princípios constitucionais da economicidade e motivação entre outros elencados no artigo 27 da Constituição Estadual.

O projeto será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 394/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que dispõe sobre a construção de calçamento para pedestres e ciclovias nas obras de pavimentação ou recuperação de pavimento em vias públicas onde haja participação financeira do Governo Federal. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC E CF.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 3728, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.**

O SR. PROFESSOR LUIZÃO (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, esse projeto dei entrada em maio deste ano, projeto de minha autoria. O projeto teve parecer favorável da CCJ, da Comissão de Obras Públicas e da Comissão de Finanças. Três comissões. Aí o projeto fica parado um tempão. Eu, com todo respeito que tenho por V. Exa., lhe procurei várias vezes para que colocasse o projeto em votação, porque aqui não é um problema de Situação ou Oposição. Acho que se os projetos são discutidos nas comissões eles são colocados em votação, e aprova, ou reprova, ou emenda, enfim, tenho insistido para se colocar porque é um projeto de maio.

Não estou nem entrando no mérito do projeto, apenas na questão de trâmite do projeto.

Peço que os projetos sejam votados. Que não haja discriminação em relação a este ou àquele Deputado. Sabemos que alguns projetos são encaminhados rapidamente, outros têm mais dificuldades.

Tenho procurado os Deputados, tenho conversado, estou disposto a discutir os projetos.

Gostaria de pedir para não obstruir o nosso projeto, que pudéssemos votar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vai se proceder a votação do requerimento do Deputado Ademar Traiano, que requer que seja retirado da Ordem do Dia, por três Sessões, o projeto de autoria do Professor Luizão.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (Pela Ordem)

Concordo com o autor do projeto.

Talvez possamos retirar por uma sessão, se for de sua concordância.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimento do Deputado Ademar Traiano, adiada a votação do projeto do Deputado Professor Luizão por uma Sessão. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão do Projeto de Lei nº 394/07.

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 350/07, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, a sua santidade o Papa Bento XVI. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EM REGIME URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, ao Dr. Paulo Rogério Mudrovitch de Bittencourt. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 254/07, de autoria do Deputado Duílio Genari, que denomina de Mário Fontana, o viaduto das rodovias PR-585 com a BR-467, rodovia Toledo - São Pedro do Iguaçu e Toledo - Cascavel. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ E COPTC.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda **Aprovada, artigo por artigo.** Em votação a emenda. **Aprovada.**

1ª Discussão (PEC)

ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 123/07. Proposta de emenda à Constituição do Estado, de autoria dos Deputados Elton Welter e Luciana Rafagnin. Dá nova redação ao inciso XI do artigo 34 da Constituição Estadual, ampliando para 180 dias a licença à gestante. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO.

PROPOSIÇÃO Nº 123/07 PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, nos termos do artigo 64 da Constituição do Estado do Paraná, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XI do artigo 34 da Constituição Estadual do Paraná passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34. (...)

...

XI - licença à gestante, sem prejuízo do cargo ou do emprego e do salário ou subsídio, com a duração de cento e oitenta dias (NR);

...

Art. 2º Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.11.07.

(aa) ELTON WELTER

LUCIANA RAFAGNIN

Apoioamento:

Tadeu Veneri, Professor Luizão, Beti Pavin, Luiz Eduardo Cheida, Cida Borghetti, Stephanes Júnior, Felipe Lucas, Teruo Kato, Luiz Nishimori, Nereu Moura, Mauro Moraes, Jocelito Canto, Luiz Fernandes Litro, Luiz Accorsi, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Pastor Edson Praczyk e Dr. Batista.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposta de emenda à Constituição do Estado do Paraná vem na esteira de iniciativas em diversas outras unidades federadas, tanto estaduais, como municipais, assim como a nível de propostas no legislativo federal, com o propósito de alterar a licença-maternidade das servidoras paranaenses, ampliando de quatro para seis meses a sua duração.

No Senado Federal foi aprovada uma proposta de legislação estadual que faculta aos empregadores da iniciativa privada a concederem a referida licença ampliada para suas empregadas gestantes, com o benefício de isenção fiscal pelo equivalente, cuja matéria foi para reexame na Câmara dos Deputados. Neste foi admitida, na sua Comissão de Constituição e Justiça, uma proposta de emenda à Constituição Federal, a ser analisada doravante por uma comissão especial, com redação na qual se baseou a presente proposição.

Diversos estados, assim como dezenas de municípios brasileiros já aprovaram legislação específica para as servidoras de sua competência.

O Paraná já estendeu às servidoras estaduais que optaram a ser mães adotantes o direito à licença-maternidade.

Como o direito à licença-maternidade das servidoras estaduais paranaenses está prevista no capítulo II, do título II, da Constituição Estadual, que trata dos servidores públicos civis, no âmbito da administração pública do estado do Paraná, impõe-se a presente alteração constitucional.

Os fundamentos para alterar a legislação são de diversas ordens, dentre as quais se destaca a proteção à infância, com benefícios para a saúde e desenvolvimento emocional, que também se estende às mães, principalmente com o aleitamento materno até os 6 meses de vida da criança.

Estudos científicos comprovam os benefícios, como o defendido pela Sociedade Brasileira de Pediatria, através de seu Presidente, Dioclécio Campos: “O cérebro depende de estímulos e nutrição adequada nos 6

primeiros meses de vida para crescer normalmente. Esse é um direito indiscutível da criança. Não se pode aceitar que isso seja negado.”

Com a presente garantia constitucional, o estado do Paraná também se posicionará na vanguarda desta luta, concedendo às servidoras paranaenses este direito.

COMISSÃO ESPECIAL DE
REFORMA DA CONSTITUIÇÃO
PROPOSIÇÃO Nº 123/07

P A R E C E R :

A presente proposta de emenda à Constituição do Estado, visa dar nova redação ao inciso XI do artigo 34, da Constituição Estadual, ampliando, para 180 (cento e oitenta) dias, a licença concedida para a servidora pública estadual gestante.

A justificativa dos autores, Deputada Luciana Rafagnin e Deputado Elton Welter, deixa claro dos enormes benefícios que advirão com a aprovação da presente proposta de emenda da constituição e a Assembleia Legislativa não poderá deixar passar essa oportunidade de proteger a nossa infância, trazendo benefícios para a saúde e desenvolvimento emocional aos recém-nascidos e às suas mães, servidoras públicas estaduais.

Isto posto, a Comissão Especial de Reforma da Constituição apresenta parecer favorável à presente proposta, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05.12.07.

(aa) BETI PAVIN, ROSANE FERREIRA,
PÉRICLES DE MELLO, ADEMAR TRAIANO
E DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em discussão. Em votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Elton Welter.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta emenda à Constituição vem na esteira do que está sendo discutido no Congresso Nacional. Nós - o Parlamento paranaense - só podemos legislar para funcionários públicos. É um direito à mãe e aos filhos e filhas dos paranaenses, servidoras públicas.

No Senado Federal tramita uma proposta para o setor privado, que é facultativa. As empresas privadas que aderirem terão os seus benefícios fiscais. É uma forma de incentivar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem?

(Assentimento)

Não quero ser descortês com V. Exa. Há uma questão que estou lendo. Assinei para um dos meus assessores o requerimento pedindo a retirada da Ordem do Dia da PEC. Disse a V. Exa. e a todos os Parlamentares. Desculpe,

Presidente, encaminhei à Mesa um requerimento, que no mérito V. Exa. sabe que acho o seu provento altamente louvável, mas como Líder do Governo não o consultei efetivamente sobre o projeto. Quero dizer, sem estabelecer um debate a V. Exa. Mas assinei um requerimento solicitando a retirada.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, “A Inês é morta”. Acho que não chegou a sua mesa. Acho que não chegou a sua mesa esse requerimento. O Poder Legislativo tem absoluta independência para fazer emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa não recebeu o requerimento do Deputado Romanelli. Estamos aqui com todos os requerimentos. Acredito que V. Exa. tenha feito.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Deputado Romanelli, com todo o respeito e lealdade que tenho por V. Exa. e ao nosso Governo, essa proposta foi presidida pela Deputada Beti Pavin, relatada pela Deputada Rosane Ferreira, teve o apoio de mais de 20 Deputados desta Casa. Essa proposta é perfeitamente constitucional, teve origem em um projeto de lei e o argumento, exatamente esse, que não poderia ser projeto de lei por ser de iniciativa do Poder Executivo. A nossa equipe jurídica fez um estudo aprofundado à saída, para resolvermos. No estado do Paraná é a emenda à Constituição Federal.

Quando foi feita a Constituição Estadual de 1988, se ampliou a licença maternidade de 90 dias para 120 dias. Foi via emenda à Constituição. Está muito claro que onde altera a emenda no estado do Paraná. Em 1988 já se previu, se ampliou para 4 meses. Além do mais, a justificativa técnica, Deputado Cheida e Dr. Batista que são médicos, a Organização Mundial de Saúde recomenda também e a própria propaganda institucional dos Governos fala da necessidade do aleitamento materno, por 6 meses consecutivos. É muito importante que essa matéria seja votada. É uma emenda que atende ao interesse do estado moderno, que preconiza a vontade de proporcionar mais saúde para os filhos e filhas que ainda mamam. Além de melhorar a sua saúde, também tem o seu estado emocional, que quando adultos, muito mais melhorado. Essas crianças terão mais saúde, inclusive, de melhorar o custo do estado em saúde com essas crianças.

Queremos e peço a vocês o voto favorável a essa emenda à Constituição, que certamente é uma proposta muito boa, que atende ao interesse do estado. Muitos municípios já fizeram. Em nível federal também tramitará e será facultativo para o setor privado. Empresas que aderirem eventualmente dessa proposta terão incentivos fiscais, e certamente será uma proposta muito boa para os filhos e para as mães que geram os filhos, os brasileiros e brasileiras. E nesse caso estamos legislando em favor das mulheres paranaenses que trabalham no serviço público.

Tanto na esfera do Poder Legislativo, do Executivo e do Judiciário. E essa emenda, Sr. Presidente, ela foi substanciada de acordo com o artigo 64 da Constituição, Deputado Romanelli. No artigo 64, onde coletamos mais de 20 assinaturas dos Srs. Deputados, e esperamos que essa proposta seja aprovada.

Peço portanto, a V. Exa. que faça inclusive chamada nominal para que tenha um quórum qualificado para que votemos por unanimidade, se possível, essa proposta de emenda constitucional.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Apenas para parabenizá-lo e dizer que também assino com V. Exa. essa emenda à Constituição do Paraná, junto com vários outros companheiros Deputados. E dizer que é desta forma que acredito que podemos mudar as coisas. É o Parlamento do Paraná dando um passo gigantesco porque talvez não consigamos ter idéia, Deputado Welter, do alcance de uma medida como essa. A sua argumentação se prende e está corretíssima na questão da nutrição do recém-nascido. Mas, o contato com a mãe, em termos da estabilidade psicológica da criança e do desenvolvimento futuro, é inimaginavelmente grande.

É freqüente cada vez mais o número de pessoas ligadas à área da esfera da psicologia, da psiquiatria. E dizem que os distúrbios que a sociedade tem que correr atrás, que gera muitas vezes a violência, estão nesses primeiros meses de vida, mais arraigados e que a proximidade com a mãe, sem dúvida nenhuma, faz um novo cidadão lá na frente. Não é o único fator, mas sem ele fatalmente a criança apresentará problemas. Problemas de ensino, aprendizagem, violência, sociabilidade e outras séries de questões.

Portanto, está de parabéns V. Exa. e a Deputada Luciana Rafagnin e todos os outros companheiros que assinam. Tenho certeza absoluta que a Assembléia Legislativa aprovará esta matéria por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Por gentileza, não há apartes no encaminhamento. Quem quiser vai encaminhar, tem 10 minutos para encaminhar.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Os médicos desta Casa querem falar a favor dessa proposição que, de fato, Deputado Rossoni, o próprio Prefeito Beto Richa adotou essa medida em nível municipal, que é louvável e é louvável que o estado do Paraná também adote estendendo às servidoras públicas do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, é lógico que eu jamais iria contrariar, inclusive o relatório da Deputada Rosane, indicada por nosso bloco, que deu parecer favorável. Só gostaria de corrigir aqui que na justificativa de um dos autores, Deputado Elton Welter, ele coloca a questão das mães

que estão amamentando as crianças até os 6 meses. Mas, quero dizer que na emenda - e até consulto à Mesa se podemos emendar isso - na emenda constitucional não tem a necessidade da mãe estar amamentando. O que acho, que deveríamos colocar isso, até vindo de encontro ao que os autores se propuseram que é criar, não só em relação à mãe, mas também um direito da criança. Dizer que, infelizmente, nesse quesito tenho que concordar com o Deputado Romanelli. Eu, muitas vezes, discordo do Deputado Romanelli, essa é uma medida que deveríamos consultar o Governo. O impacto financeiro disso é muito grande.

Em relação à Secretaria da Educação, tenho a informação extra-oficial que mais de 80% do corpo são compostos de mulheres que logicamente estão num processo de vir a ser mãe, e o estado terá que contratar mais. São 6 meses, a cada 05 anos, 03 anos. Nada contra o direito, inclusive votarei favorável. Mas, é algo que teríamos que consultar principalmente a Secretaria de Administração porque essa emenda não é para esse Governo, é para o estado do Paraná. E as consequências no aspecto de pessoal e serviço público são enormes.

Quero dizer que votarei favoravelmente, jamais ficaria contra um benefício às mães do Paraná. Se aprovada essa emenda constitucional, já a partir do ano que vem o Governo terá de abrir processo a concurso público. Porque certamente, faltará servidores públicos em alguns setores.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, só queria votar favorável, acho que é um projeto maravilhoso. Projeto que tem tudo a ver com a vida. E tudo que tem a ver com a vida temos de votar a favor.

Cumprimentar os proponentes desse projeto, a nossa Deputada Rosane, que sem dúvida nenhuma é a mais balizada para falar sobre essa questão em função do seu trabalho e até de ser mãe. E por isso, quero encaminhar favorável. A vida que ganha e quando a vida ganha todos nós ganhamos.

O SR. FELIPE LUCAS (PPS) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, proponentes deste projeto, acho que foi muito importante e eu trabalho há mais de 30 anos com gestantes e é uma necessidade. Em todos os países quase que da Europa toda já existe. Inclusive, não só a mulher. O homem também, em outros países, pode participar ajudando a criar. Isso melhora muito, é um projeto de suma importância.

Todos precisamos entender, Deputados, que quando se cuida de uma criança - questão hoje da mortalidade infantil que é muito importante no Brasil, no Paraná, e o Paraná está avançando - o projeto só vai dar uma melhor qualidade às crianças, às mães. É só lucro para o estado, para todas as entidades. Portanto, como médico, como Parlamentar, vejo que o projeto é de suma importância e vamos votar sem questões de partido, de nada.

Muito obrigado.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Para Encaminhar**)

Só para registrar o meu voto favorável ao projeto, mas é importante deixar bem claro que esse projeto se refere apenas ao Poder Público. Somente aos servidores públicos. Para deixar registrado e claro isso.

O SR. DR. BATISTA (PMN) (**Para Encaminhar**)

Ouvindo o Dr. Cheida, o Dr. Felipe Lucas, que são da área, sabemos realmente a importância da nutrição do leite materno e é importante também para a mãe, que chega até a se precaver contra câncer de mama. Esse projeto, quero parabenizar o Deputado Elton Welter, a Deputada Luciana Rafagnin pela autoria e digo que voto favorável a esse projeto e tantos quantos sejam meritórios como esse.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão, vai se proceder a votação.

A Mesa lembra, a proposta será submetida a 2 turnos de discussão e votação, com interstício de 5 Sessões. Será aprovada a proposta pelo processo nominal que obter em ambos os turnos, três quintos dos votos da Assembleia, ou seja, 33 votos.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidenete, pedi chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Mas não tem outra maneira de ser.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Não, não, para presença dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nós vamos ter que chamar. A votação é nominal. Solicito a Sra. 1ª Secretária que proceda a votação.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, vou ser tolerante, pelo apelo do Líder do Governo, para retirar por uma Sessão essa emenda à Constituição.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeito, está perfeito, **está retirado**, portanto.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3713, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimentos nºs 3714 a 3720, de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3722, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3725, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3727, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3729, de autoria do Deputado Professor Luizão, constante do expediente. **À Presidência, para providências.**

Requerimento nº 3730, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3731, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3734, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 13, às 10h00, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 812 e do Projeto de Resolução nº 034/07.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 763 e 820/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 272, 671, 818, 821, 823 e 838/07.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 681/07 e do Projeto de Resolução nº 024/07.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI EM SESSÃO DO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2007.

Agonia Empreendedora

Gazeta do Povo

Por falta de matéria-prima, uma indústria do Paraná, que hoje emprega 700 funcionários corre o risco de fechar as portas. É que a BS Colway, fabricante de pneus remoldados, depende de uma esperada decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) para continuar impor-

tando os pneus usados europeus, que utiliza como base para sua produção.

Se a corte não acatar o recurso pró-importação, ficará para trás o tempo em que, funcionando a pleno vapor, a empresa mantinha 1.200 empregados diretos e mais 5 mil indiretos. A indústria também não terá como manter os compromissos sociais e ambientais que são sua marca registrada. Sairão de cena as bolsas de estudo do programa Bom Aluno, a Vila da Cidadania, o grupo esportivo mantido pela empresa.

Fechada, a BS Colway também não manterá o programa Rodando Limpo. Ele consiste na coleta de pneus que, abandonados, funcionam como criadouros de mosquitos que transmitem a dengue e a malária urbana. Curiosamente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) apresentou a proteção ambiental como justificativa para impedir a importação dos pneus europeus que a empresa reprocessa em sua fábrica de Piraquara, na região metropolitana de Curitiba.

Ao apresentar a questão ao STF, o IBAMA não levou em conta o fato de que a empresa - cumprindo à risca uma rigorosa determinação proposta por ela própria ao Conselho Nacional do Meio Ambiente - retira da natureza 5 pneus sem serventia para cada 4 importados. O pneus impréstáveis são encaminhados para a transformação em cimento ou combustível, numa rotina que tem o aval do Instituto Ambiental do Paraná (IAP). Um laudo do IAP atesta que o processo industrial adotado pela empresa não aumenta o passivo ambiental e não libera substâncias tóxicas no solo ou na atmosfera.

O documento dá força aos argumentos da indústria paranaense, que luta para que o STF acate ainda neste

ano um recurso que lhe permitirá retornar as importações de pneus usados europeus.

Como o tribunal presidido pela Ministra Ellen Gracie entrará em recesso a partir do dia 21, a empresa depende de que o recurso seja julgado até lá para começar 2008 com a certeza de que poderá seguir produzindo. Com pressa, o Presidente da BS Colway, Francisco Simeão, vai hoje a Brasília numa tentativa de fazer com que as autoridades analisem melhor a situação. Simeão protesta principalmente contra o fato de que o IBAMA aperta o cerco contra o seu negócio, mas não age com o mesmo rigor na hora de cobrar das demais remoldadoras e mesmo da indústria de pneus novos.

A indústria paranaense ficou na mira de uma decisão tomada neste ano, no âmbito da Organização Mundial do Comércio: o Brasil pediu o direito de barrar pneus usados europeus com base em argumentos ambientais gerais, sem que fosse considerada, caso a caso, a destinação que cada importador dá ao produto. É essencial que o país faça um controle rigoroso da entrada de pneus usados para evitar que produtos não-remanufaturados, os chamados meia-vida, sejam colocados à venda, impondo riscos para a segurança do consumidor.

No caso da empresa paranaense, porém, os pneus usados importados são reprocessados com técnicas avançadas. Depois da vulcanização, passam por rigoroso controle de qualidade para, então, serem postos à venda com garantia de 5 anos contra defeitos de fabricação.

A corrida de Simeão contra o relógio interessa a toda a sociedade. Sem a BS Colway, o Paraná perde empregos, os consumidores perdem o direito de escolha e o Brasil perde um importante parceiro sócio ambiental.

